
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL

**ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E A
COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS DOS
PEQUENOS PRODUTORES DO DISTRITO DE
NATUBA, PE**

MILZA COSTA BARRETO

CAMPINA GRANDE - PB

2001

MILZA COSTA BARRETO

**ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES DO DISTRITO DE NATUBA, PE**

**Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de
Mestrado em ECONOMIA RURAL E REGIONAL
da Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para obtenção do grau de
Mestre**

Professor Orientador:

Dr. Robério Ferreira dos Santos

Co-orientador:

Pedro Carlos Gama da Silva

Dedicado aos produtores de Natuba pela simplicidade e amor à terra



B273o Barreto, Milza Costa.
Organização produtiva e a comercialização de hortaliças dos pequenos produtores do distrito de Natuba, PE / Milza Costa Barreto. - Campina Grande, 2001.
80 f.

Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2001.
"Orientação : Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos, Prof. Pedro Carlos Gama da Silva".
Referências.

1. Hortaliças - Produção e Comercialização - Economia.
2. Hortaliças - Produtores - Economia Agrícola. 3. Economia Rural - Distrito de Natuba - PE. 4. Dissertação - Economia Rural e Regional. I. Santos, Robério Ferreira dos. II. Silva, Pedro Carlos Gama da. III. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). IV. Título
CDU 338.43:635.1/.8(813.4)(043)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

I - INTRODUÇÃO	14
II - METODOLOGIA.....	19
II.1 Considerações teóricas sobre a pequena produção familiar.....	21
II.2 Especificidades da pequena produção	27
III – PEQUENA PRODUÇÃO (HORTÍCOLA) EM QUESTÃO.....	30
Introdução.....	30
III.1 Á sombra dos canaviais: a horticultura no espaço canavieiro	31
III.2 Intervenção do Estado: uma questão de políticas públicas	33
III.3 Produção de hortaliças do Estado de Pernambuco.....	36
III.4 A “pequena” produção do distrito de Natuba.....	39
III.5 Mercado Interestadual.....	41
Conclusão	42
IV - PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS DO DISTRITO DE NATUBA.....	43
Introdução.....	43
IV.1 Caracterização da produção.....	43
IV.2 Caracterização dos produtores.....	44
IV.3 Renda familiar agrícola.....	46

IV.4 Mão-de-obra.....	47
IV.5 Sistema de irrigação.....	48
IV.6 Custos de produção.....	49
IV.7 Crédito	52
IV.8 Assistência técnica.....	53
IV.9 A Associação dos Produtores Rurais	54
IV.10 Problemas da produção	55
Conclusão	56

V - COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS DO DISTRITO DE NATUBA 57

Introdução	57
V.1 A atuação do capital	58
V.2 A função da CEAGEPE.....	60
V.3 Abordagem funcional	62
V.3.1 Seleção, classificação e embalagem.....	63
V.4 Abordagem estrutural	64
V.4.1 Estabelecimentos de comercialização.....	65
V.4.2 Agentes de comercialização	66
V.5 Problemas da comercialização	68
V.6 A guisa de sugestões.....	68
Conclusão	69

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 70

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 71

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 01	Produção e valor da produção de Pernambuco, (alface) 1970/1995	36
Tabela 02	Produção e valor da produção de Pernambuco, (coentro) 1970/1995	37
Tabela 03	Produção e valor da produção de Pernambuco, (cebolinha) 1970/1995	37
Tabela 04	Condição do produtor	45
Tabela 05	Escolaridade do produtor	45
Tabela 06	Cultivo de culturas alternativas	46
Tabela 07	Renda familiar mensal	46
Tabela 08	Principal fonte de renda familiar	47
Tabela 09	Veículo próprio	47
Tabela 10	Utilização de mão-de-obra externa	48
Tabela 11	Utilização de irrigação	49
Tabela 12	Utilização do crédito agrícola	53
Tabela 13	Utilização de crédito não institucional	53
Tabela 14	Assistência técnica	54
Tabela 15	Avaliação da Associação	55

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro 01	Procedência por Estado da Federação, (alface) 1987/1997 (em t).....	38
Quadro 02	Procedência por Estado da Federação, (coentro) 1987/1997 (em t).....	38
Quadro 03	Procedência por Estado da Federação, (cebolinha) 1987/1997 (em t).....	39
Quadro 04	Participação por município de Pernambuco, (alface) 1987/1997 (em t).....	41
Quadro 05	Participação por município de Pernambuco, (coentro) 1987/1997 (em t).....	41
Quadro 06	Participação por município de Pernambuco, (cebolinha) 1987/1997 (em t)....	42
Quadro 07	Características da produção.....	43
Quadro 08	Principais aspectos agrônômicos das unidades produtivas	44
Quadro 09	Planilha de custo de produção, EMATER, PE	50
Quadro 10	Planilha de custo de produção (Natuba)	51
Quadro 11	Conversões de unidades a nível de atacado e varejo	64
Quadro 12	Estrutura física de venda das hortaliças.....	66

ANEXOS

ANEXOS..... 75

Quadro 01 Quantidade ofertada em Pernambuco, (alface) 1986/2000 (em t) 75

Quadro 02 Quantidade ofertada em Pernambuco, (coentro) 1986/2000 (em t) 76

Quadro 03 Quantidade ofertada em Pernambuco, (cebolinha) 1986/2000 (em t) 77

Quadro 04 Preço médio mensal em Pernambuco, (alface) 1986/2000 (R\$/kg) 78

Quadro 05 Preço médio mensal em Pernambuco, (coentro) 1986/2000 (R\$/kg) 79

Quadro 06 Preço médio mensal em Pernambuco (cebolinha) 1986/2000 (R\$/Kg)80

LISTA DE ABREVIATURAS

ASSPPRON - Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Natuba
CEAGEPE - Companhia de Abastecimento e de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco
CEAVI - Central de Abastecimento de Vitória de Santo Antão
CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
EMATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
GEMAB - Grupo Executivo da Modernização dos Sistemas de Abastecimento
IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP - Índice Geral de Preços
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA - Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária
MINTER - Ministério do Interior
MIRAD - Ministério do Interior da Reforma Agrária e Desenvolvimento
PROÀICOOL - Programa Nacional do Alcool
PROCANOR - Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras Nordestinas
PRORURAL - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
SEPLAN - Secretaria de Planejamento
SINAC - Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
ha - hectare
h/d - homem/dia
sm - salário mínimo
t - tonelada
VSA - Vitória de Santo Antão

AGRADECIMENTOS

A meus pais

Milton Barreto, pelo modo lúdico de encarar a vida, buscando a felicidade em todos os momentos. Agradeço a suavidade dos dias.

Elza Costa Barreto, pela coragem nos instantes em que tudo parecia perdido e incentivo aos estudos, desde tenra idade.

Doutor Robério Ferreira dos Santos, as valiosas contribuições e correções no decorrer do trabalho. A orientação confirmou a excelência do professor, já pressentida na qualidade de aluna. Reafirmo minha gratidão.

Co-orientador Pedro Carlos Gama da Silva, as preciosas sugestões e envio de material para enriquecimento do trabalho. Reafirmo meu carinho.

José Bezerra, Galvan, Clodoaldo, Heleno, João Otávio, Jurandir, Renato, Barreto, Malagutti, Paulo Ortiz, professores da Pós-Graduação em Economia

Antônia, Lúcia, Jucelino, Marilusa João e Cínara, pelos momentos compartilhados. E, a Ivette Kafure, pelo estímulo nos instantes de desânimo.

Neuma, Rosicler, Joanice, Everaldo, Antônio e de Sociologia João e Rinaldo pela paciência ímpar em relação às frequentes solicitações.

Ao amigo sempre presente, Fernando Antônio. Simplesmente, obrigada.

Amiga de todas as horas, Conceição Bentzen. Grata pela paciência e, principalmente, pela amizade de tão longa data.

Pela presteza em disponibilizar dados e informações à CEAGEPE e a EMATER
(Sr. Silvio Almeida)

Na impossibilidade de citar, individualmente, aqueles que contribuíram para a realização do presente trabalho, nomeio o Professor Edson Nery da Fonseca como representante do universo, sempre lembrado com admiração e respeito.

Enfim, a Tânia Bacelar, como símbolo de profissionalismo e dedicação dos professores de Economia que muito contribuíram para a minha formação acadêmica e intelectual.

Acima de tudo, agradeço a esta *força* que tudo me permite chamada *Deus!*

RESUMO

Os pequenos produtores do distrito de Natuba têm no cultivo de hortaliças, a principal fonte de renda. Num espaço geográfico outrora dominado pela monocultura canavieira surge a policultura, baseada principalmente na produção de coentro, alface e cebolinha (culturas de ciclo vegetativo relativamente curto possibilitando, assim, uma receita semanal). A escolha da área foi baseada na importância em termos de volume comercializado na CEAGEPE- Companhia de Abastecimento e de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco, proveniente do município de Vitória de Santo Antão, onde está localizado o distrito em estudo. O objetivo principal que direcionou o presente trabalho, foi a análise do nível de organização e, em especial, a identificação da estrutura de comercialização, no intuito de identificar os pontos de estrangulamento que impedem a melhoria das condições de vida dos pequenos produtores. Para tanto, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: aplicação de questionários, entrevistas, observação direta e coleta de dados secundários. As principais conclusões da análise das informações e dos dados coletados apontam para a ausência de uma organização efetiva a nível da produção e da comercialização, associação local inoperante, dificuldades de acesso ao crédito agrícola, ausência de assistência técnica sistemática, venda individual da produção que fragiliza o poder de barganha na formação/negociação do preço e, principalmente, a excessiva intermediação alargando, assim, o circuito da cadeia de comercialização.

ABSTRACT

The small farmers of the district of Natuba have their main income source in the cultivation of herbs. In a geographical space dominated formerly by the monoculture of sugarcane appears the policulture based on the production of coriander leaves, lettuce and pearl onion (cultures with vegetative cycle relatively short give the possibility of a weekly recipe). The selection of the area was based on the importance in terms of the volume commercialized in CEAGEPE - Company of Supplies and General Warehouses of the State of Pernambuco, coming from the city of Vitória de Santo Antão, where is situated the district in study. The main objective that gave direction to the present work was the analysis of the level of organization and mainly the identification of the structure of commercialization with the purpose of identifying the bottleneck which is an obstacle for the improvement of the way of living of small farmers.

In order to achieve this purpose, the following methodological proceedings were taken place: application of question forms to farmers, interviews, direct observation and secondary data collection. The main conclusion of the analysis of information and the collected data point to the absence of an effective organization in production and commercialization levels, disabled local association, difficulties in accessing agricultural credits, absence of systematic technical assistance, individual sale of production that fragile the power of bargain in the formation/ negotiation of prices, and mainly, the excessive intermediation, expanding the circuit of commercialization chain.

I. INTRODUÇÃO

As relações de produção e, em particular de comercialização, são as principais dimensões do estudo em questão. O *locus* da pesquisa foi o distrito de Natuba, situado no município de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco. Os produtores de Natuba foram os agentes selecionados para objeto da investigação.

O contato com a área pesquisada e as primeiras reflexões a respeito, surgiram no decorrer de um trabalho anterior, realizado para o PRORURAL/SEPLAN-PE, intitulado *Estudo da Comercialização dos Produtos Hortigranjeiros do Distrito de Natuba, Vitória de Santo Antão, PE*. Neste trabalho, a preocupação foi fornecer subsídios aos planejadores e executores de políticas públicas estaduais para melhoria dos problemas produtivos e comerciais enfrentados pelos produtores, refletindo a necessidade de uma ação baseada nas reais condições em que sobrevive a pequena produção.

O presente trabalho se justifica devido à expressiva participação da produção de hortaliças do distrito pesquisado no abastecimento urbano¹. Acrescido que, existem poucos estudos que permitem traçar um panorama mais amplo das condições de reprodução dos pequenos horticultores.

Conforme Musemeci (1987)

o aspecto que talvez explique o relativo desinteresse pelo estudo do subsetor hortigranjeiro é o fato das análises sobre o papel da agricultura na economia brasileira se preocuparem primordialmente com três grupos de produtos: os de alimentação básica, os de exportação e as matérias-primas industriais.

¹ Área metropolitana de Recife

Musemeci (1987) considera importante o estudo socioeconômico do setor hortícola pelas seguintes razões:

- a) pelo interesse teórico que pode haver no conhecimento mais detalhado de um setor relativamente “atípico” da pequena produção e na análise das especificidades que apresenta, como contribuição ao debate mais amplo, a respeito do campesinato e suas várias formas de integração à economia capitalista brasileira;
- b) pela reconhecida importância dos hortifrutícolas para a melhoria das condições nutricionais da população, estando entre as fontes mais ricas e mais baratas de vitaminas e sais minerais²;
- c) pela contribuição que políticas consistentes, baseadas num conhecimento adequado das condições de produção do setor, podem trazer, em termos de redução dos custos do abastecimento alimentar, para a população urbana;
- d) finalmente, porque a olericultura é um tipo de produção capaz de proporcionar níveis razoáveis de emprego e de renda em parcelas muito pequenas de terra.

Alguns termos aparecem com frequência ao longo do texto exigindo um esclarecimento prévio, como “*pequena produção*”, “*produção camponesa*”, ou “*produção familiar*”, que serão utilizados de forma genérica, designando unidades de produção que ocupam pequenas parcelas de terra, com base na mão-de-obra predominantemente familiar, cujo interesse básico é a reprodução da família. Isto, porém, não significa que esses estabelecimentos visem apenas à subsistência, nem que usem unicamente a força de trabalho familiar. Mesmo utilizando a designação de “hortigranjeiros”³, só se tratará da produção de olerícolas entendidas, no presente trabalho, como o cultivo de hortaliças.

² O coentro contém cálcio, ferro e fósforo; a alface, vitaminas do tipo A, B₁, B₂ e sais minerais; a cebolinha, vitamina A, cálcio, magnésio e potássio

³ O termo “hortigranjeiros”, apesar de bastante utilizado, está perdendo o sentido original. Anteriormente, havia uma estreita ligação entre a produção de hortifrutícola e aves e ovos, devido ao fato de diversos estabelecimentos de produção hortícola se dedicarem conjuntamente à avicultura. A presente pesquisa limita-se aos produtos hortícolas, uma vez que coentro, alface e cebolinha, são o carro-chefe do distrito de Natuba

A palavra "horticultura" provém do latim *hortus*, jardim + *colere*, cultivar, sendo classificada em olericultura, floricultura e jardinocultura (ou horticultura paisagística). A olericultura (do latim *oleris*, legumes + *colere*, cultivar) estuda a produção das hortaliças ou plantas olerícolas, ou oleráceas, que são plantas herbáceas de cultivo intensivo utilizadas na alimentação humana sem transformação industrial (ENCICLOPÉDIA MIRADOR, 1976).

De acordo com a classificação adotada por Murayama (1971) as hortaliças se dividem em:

- a) verduras: as partes comestíveis são folhas, flores, botões ou hastes (ex: alface)
- b) legumes: partes comestíveis são frutos, sementes ou partes subterrâneas
- c) condimentos: utilizados com a finalidade de melhorar o sabor dos alimentos (ex: coentro e cebolinha)

Foram realizadas incursões em diferentes épocas para que se pudesse fazer uma avaliação mais precisa dos fenômenos estudados. A convivência com os problemas locais e o estilo de vida dos produtores, contribuíram para se assimilar, de forma mais segura, a magnitude dos fenômenos pesquisados. No decorrer do trabalho de campo efetuou-se uma documentação fotográfica.

Os distritos circunvizinhos à área estudada - Canha, Mocotó, Pacas e Figueira, enfrentam problemas semelhantes constituindo, também, espaços ocupados pela pequena produção no domínio canavieiro. Esses distritos têm, por principal produção, outras culturas temporárias, apesar do cultivo de coentro, alface e cebolinha.

Em geral, os pequenos produtores rurais de Natuba não têm conseguido resultados monetários satisfatórios, com reflexo negativo nas condições de vida/reprodução da unidade familiar. Neste sentido, indaga-se: por que os produtores de hortigranjeiros não conseguem obter uma renda capaz de assegurar um bom desempenho econômico da unidade de produção e melhorar o nível de vida familiar?

O objetivo principal do trabalho é analisar a organização da produção e da comercialização dos hortigranjeiros de Natuba, visando identificar os fatores que impedem a melhoria da renda e das condições de vida dos agricultores envolvidos nesta atividade. Os objetivos específicos são: caracterizar a área de produção e identificar os agentes e o processo de comercialização.

Escolhido o tema e indicada a sua importância cabe esboçar a estrutura da dissertação, procurando evidenciar tanto o seu conteúdo como a articulação existente entre as diversas partes que a compõem.

A estrutura da dissertação obedece à seguinte seqüência:

- Capítulo I: contém a formulação do problema, o objetivo central e a justificativa do estudo e da área pesquisada.

- Capítulo II: apresenta os procedimentos metodológicos (aplicação de questionários, entrevistas com pessoas-chave, dados secundários e bibliográficos e observação direta), bem como, algumas considerações teóricas sobre a pequena produção familiar.

- Capítulo III: examina as particularidades da área em questão⁴, através do resgate histórico da ocupação do espaço agrário: o surgimento dos pequenos produtores no espaço de domínio canavieiro. Trata-se de reter as contribuições que acenem caminhos possíveis de análise em situações concretas

- Capítulo IV: cuida da organização da produção, através da análise dos resultados obtidos através dos questionários aplicados com os produtores. A investigação abrange os seguintes itens: caracterização do produtor (modalidades existentes, no que se refere à propriedade da terra) e da unidade produtiva (focalizando os aspectos agronômicos, sistema de irrigação, crédito agrícola e assistência técnica); renda agrícola familiar (trabalhada de forma agregada, através de faixas de rendimento externa, face à predominância de mão-de-obra

⁴Esclarece-se que não se pretende realizar uma investigação exaustiva dos aspectos que incidem sobre a produção e comercialização dos produtos hortícolas e seu reatamento nas condições de vida dos pequenos produtores, pois exigiria tempo e recursos superiores aos obtidos para a realização da pesquisa. O intuito principal é apontar os aspectos relevantes na caracterização do setor e motivar o prosseguimento da investigação e do debate

familiar); custos de produção (estimados pela EMATER) e o papel desempenhado pela Associação local;

- Capítulo V: identifica a estrutura de comercialização vigente, os agentes envolvidos no processo de vendas e os procedimentos pós-colheita (seleção, classificação e embalagem). Para tanto, serão utilizados dados secundários, entrevistas e observação direta.

As Considerações Finais resumem as conclusões do término dos capítulos precedentes.

II. METODOLOGIA

A estrutura metodológica é composta de um trabalho analítico-teórico sobre o segmento em questão (pequenos produtores) e de um estudo empírico. São somadas fontes documentais e dados secundários.

A pesquisa foi desenvolvida perseguindo-se, prioritariamente, dados de ordem qualitativa; assim, mais do que uma quantificação de valores do universo investigado, apreende-se o significado das relações econômicas.

Os dados empíricos necessários à compreensão das relações de produção e comercialização, foram obtidos através da aplicação de questionários⁵, observação direta e entrevistas com pessoas-chaves⁶.

Quanto aos dados secundários provêm, principalmente, das seguintes fontes: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Companhia de Abastecimento e de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco (CEAGEPE) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O universo da pesquisa é constituído por produtores de folhosa de Natuba. A amostra foi obtida através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Natuba - ASSPPRON, que perfaz um montante de quinhentos produtores cadastrados⁷. A seleção dos participantes obedeceu ao modelo de amostragem aleatória simples⁸.

⁵ Efetuado no período de 13 a 18 de novembro 2000

⁶ Consideram-se pessoas-chaves, os informantes que possuem um conhecimento mais detalhado do tema em questão, em função da experiência ou do cargo ocupado

⁷ Na criação da Associação, foram cadastrados alguns produtores de distritos vizinhos

⁸ Detalhes sobre a metodologia podem ser encontrados em SPIEGEL (1994)

Na dimensão da amostra, empregou-se a fórmula :

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

donde:

n = tamanho da amostra

N = tamanho da população

p = proporção de ocorrência da variável em estudo na população = 0,80 (probabilidade de ser produtor de folhosa: alface, coentro e cebolinha)

q = proporção de não ocorrência da variável em estudo na população = 0,20 (probabilidade de não ser exclusivamente produtor de folhosa: alface, coentro e cebolinha); sendo $p + q = 1$, ou $q = 1 - p$

Z = limite aceitável do intervalo de confiança para a distribuição de probabilidade = 1,96

e = erro de estimativa = 10%.

Com isto, o tamanho da amostra (n) dos produtores foi:

$$n = \frac{1,96^2 \times 0,8 \times 0,2 \times 500}{0,1^2 \times 499 + 1,96^2 \times 0,8 \times 0,2} = \frac{48,6}{8,5} = 55$$

Em geral, nos estudos de comercialização, são utilizados três métodos de análise: o funcional, o estrutural e por mercadorias. O método funcional tem por finalidade o estudo das funções ou atividades inerentes ao processo de comercialização, classificadas em função de troca, físicas e complementares. A análise estrutural tem por objetivo identificar e analisar as pessoas, físicas ou jurídicas, que se encontram envolvidas nas atividades do processo de comercialização, ressaltando determinados aspectos, dentre os quais se sobressai a importância de cada uma dentro do sistema. Enquanto, o método de análise por mercadoria concentra-se no estudo tanto das funções de comercialização de um produto ou de um grupo de produtos quanto das instituições envolvidas no processo de comercialização, podendo-se afirmar que é um misto dos dois métodos anteriores.

II.1 Considerações Teóricas sobre a Pequena Produção Familiar

A pequena produção agrícola tem-se constituído em um dos temas de maior interesse, tanto dos estudiosos das ciências sociais e agrárias como das autoridades governamentais. Tal preocupação decorre do reconhecimento da importância desta forma de produção no conjunto da economia que se expressa na participação da oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas (PEIXOTO, 1995:13).

Diferentes enfoques têm sido apresentados nos debates sobre a pequena produção familiar e a expansão do capitalismo no campo. Teóricos, orientados por concepções culturalistas e antropológicas⁹, centram a abordagem no grupo doméstico, na família camponesa, relacionando a persistência do campesinato a comportamentos, atitudes e valores.

Os economistas de formação neoclássica não atribuem especificidade à pequena produção. Nesta concepção, o pequeno produtor age como um empresário, alocando os fatores disponíveis, de modo a obter um rendimento máximo. Nessa perspectiva coloca-se a “teoria da modernização da agricultura”, que tem, em Schultz, seu maior expoente, considerando que a pobreza e o atraso da agricultura tradicional se devem a inadequada disponibilidade de insumos modernos (em especial, a tecnologia) que, por serem onerosos e de difícil acesso ao pequeno produtor descapitalizado, acabam não sendo incorporados ao processo produtivo.

Alguns recusam caráter diferencial à pequena produção, enquanto outros admitem a necessidade das análises do processo de produção a partir das especificidades da pequena produção; outros, ainda, centram as investigações na busca de distintas formas de dominação do capital sobre a pequena produção, manifestadas na absorção de parcelas significativas do excedente do pequeno produtor pelas diferentes frações do capital.

⁹A antropologia clássica voltada ao tema, sob o termo “sociedades camponesas”, revelou a natureza “incompleta” da “racionalidade econômica” do camponês. São sobretudo os laços comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das relações de dependência social que explicam as particularidades do campesinato (ABRAMOVAY, 1992)

Deste modo, pode-se discernir, na literatura especializada, algumas posições básicas:

A transitoriedade da produção camponesa e o predomínio crescente das relações capitalistas no campo

É uma abordagem presente nos textos clássicos de Marx, Lênin e Kautsky. O foco analítico marxista privilegia o conjunto das forças determinantes da história social, o processo material de produção, base das relações econômicas.

Kautsky, em sua obra clássica *A Questão Agrária*, analisa a produção rural familiar a partir do desenvolvimento do capitalismo, apontando para seu enfraquecimento. Sua argumentação se baseia na idéia da superioridade da grande exploração capitalista, através da incorporação das conquistas técnicas, organizacionais e econômicas, colocadas à disposição dos capitalistas. Assim, procura demonstrar que “*onde os camponeses sobrevivem, isto não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração, do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer a própria subsistência*” (ABRAMOVAY, 1992).

O campesinato como modo de produção

Nas análises que definem o campesinato como modo de produção, a subordinação é externa, através do confronto entre duas lógicas: a capitalista, baseada na extração do lucro através da produção da mais-valia, e a camponesa, que objetiva a parcela de valor correspondente à reprodução da unidade familiar.

Conforme Abramovay (1992) é no interior da economia não marxista que se destaca uma das formulações conceituais mais significativas para compreensão da pequena produção, através do representante da Escola da Organização da Produção, Alexander Chayanov, que interpreta o campesinato (ou economia camponesa) como modo de produção estruturalmente independente.

Deste modo, Chayanov¹⁰ condena os excessos da explicação de formas sociais de produção não-capitalistas, através do uso exclusivo de categorias típicas do modo de produção capitalista. Sua proposta defende a existência de uma produção camponesa com lógicas produtiva e reprodutiva próprias.

O campesinato, para Chayanov, não é uma modalidade transitória fadada ao desaparecimento, antes um sistema econômico com leis específicas de desenvolvimento e reprodução. O “balanço entre trabalho e consumo” representaria a lei básica da existência do campesinato. Desta forma, o trabalho camponês é limitado pelo objetivo de atender às necessidades familiares. Assegurado o consumo, atribui-se valor decrescente à unidade adicional de trabalho (ABRAMOVAY, 1992:59).

Para Chayanov (1974) as especificidades da pequena produção agrícola (identificada com a economia camponesa) conduziriam à formulação de uma teoria econômica da pequena produção. A teoria econômica formulada para explicar o funcionamento da economia capitalista não seria instrumento adequado à compreensão do funcionamento da economia camponesa nem da particular racionalidade do pequeno produtor.

O campesinato não é um modo de produção

Interpreta o campesinato não como um modo de produção, mas como uma forma específica de produção mantida pelo capitalismo sob formas não-capitalistas, onde o processo de acumulação capitalista viabiliza a criação/recriação de estruturas de produção mesmo que sob formas não capitalistas.

¹⁰ Sua contribuição tem por mérito o detalhamento da prática camponesa através do funcionamento interno de sua economia e, por crítica, o não reconhecimento da dependência estrutural do campesinato em suas relações com o capital (ABRAMOVAY, 1992:130)

Esta postura entende que a pequena produção se encontra, na sociedade atual, submetida à dominação do capital (comercial, industrial, financeiro). O capital, ao buscar constantemente a extração do excedente impõe normas de organização e funcionamento à pequena produção. Ao se inserir no circuito de trocas (ou das relações com o mercado), a pequena produção contida no modo de produção capitalista não pode escapar às determinações do capital, ainda que não se apresente sob a forma característica de subordinação do trabalhador assalariado.

A pequena produção foi submetida à integração com a agroindústria, o comércio e o setor financeiro, sob as ordens do capital e em condições de subordinação e dependência. Deste modo, a pequena produção se insere de modo subordinado ao movimento de acumulação do capital.

Tepicht procurou unificar as teses marxistas com as idéias de Chayanov acreditando, entretanto, que a sobrevivência do camponês com as forças internas que determinam seu comportamento, depende do ambiente no qual a exploração agrícola está inserida. Segundo este autor, muitas são as características que se podem identificar no campesinato; contudo, a mais importante é a que permite a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos da grande empresa. A base desta diferença é que o camponês não exige, para manter-se na atividade, a obtenção da taxa média de lucro. O essencial é a obtenção de uma renda que permita a reprodução da própria família (ABRAMOVAY, 1992:72).

De acordo com Shanin (1987):

Os camponeses não são um modo de produção porque lhes falta uma estrutura político-econômica relativamente auto-suficiente, isto é, os elementos mais significativos de exploração e apropriação do excedente têm sido, de modo geral, externos a eles.

Conforme Silva (1980) em determinadas situações concretas a pequena produção familiar é adequada ao movimento de acumulação do capital, sendo um elemento da reprodução ampliada. Neste sentido, o camponês é recriado segundo os interesses do capital e não por possuir uma lógica própria ou uma superioridade técnica e econômica em relação à produção capitalista.

Amin e Vergopoulos (1977) destacam a importância de se estudar o campesinato contemporâneo dentro do quadro de formação em que está circunscrito: a produção capitalista. O campesinato é visto como compatível ao processo de acumulação capitalista, constituindo uma forma recriada e articulada pelo capitalismo moderno.

O camponês permanece formalmente proprietário (do solo e dos equipamentos agrícolas) mas desprovido do controle real dos meios de produção. Deste modo, o processo produtivo escapa de seu poder decisório através de imposições, como padronização dos produtos e circuito de comercialização (AMIN, 1977).

No sistema capitalista, o pequeno produtor perde progressivamente a autonomia no sentido de organizar a vida econômica pelas restrições impostas pelo capital. O processo de ampliação da extração do excedente reduz os graus de liberdade do pequeno produtor, através de mecanismos como: extensão da jornada de trabalho, subconsumo, pressões sobre a formação dos preços e formas alternativas de expropriação, impostas pelas exigências do capital.

Através das relações de mercado, parcelas do excedente da pequena produção tendem a ser transferidas para o capital comercial, industrial ou bancário. Neste sentido, Silva (1980) afirma:

A agricultura de subsistência, bem como as relações de produção não-capitalistas em que ela se apóia, além de ser produto do próprio movimento de expansão do capitalismo constitui-se num dos pontos de apoio da sua efetivação, na

medida em que, ao produzir à base de uma economia do excedente, pode oferecer seus produtos a preços mais baixos no mercado.

Os camponeses, com o processo de integração ao mercado, perdem a relativa autonomia da produção, voltando-se às exigências e necessidades do mercado. Conforme Wanderley (1982) a integração não significou, de nenhuma maneira, a negação do caráter de subsistência da economia camponesa. Esta se define não pela maior ou menor parcela da produção que é autoconsumida, mas pela natureza mesma da produção. Mesmo que toda ela venha a ser comercializada, a lógica de sua organização permanece orientada para a satisfação das necessidades básicas da família camponesa.

Para Silva (1978) o que identifica a pequena produção camponesa é o fato de ocupar pequenas áreas e com baixa renda, ocupando um espaço que constitui, ao mesmo tempo, unidade básica de produção e consumo e onde a reprodução se realiza sob precárias condições.

O mundo rural refere-se a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira. Não se está, portanto, supondo a existência de um universo qualquer isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Considera-se que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba (WANDERLEY,1999).

O desenvolvimento do capital na agricultura impõe papéis a serem desempenhados pelos pequenos produtores rurais, tornando-os cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais de mercado, induzindo-lhes a perda do controle do processo produtivo e da capacidade de reter o excedente econômico (SILVA, 1982).

A produção familiar ocupa espaços abertos pelo capital na agricultura, pois não exige os mesmos requisitos de funcionamento de uma empresa capitalista. A produção familiar, por mais mercantilizada que seja, não tem, como pressupostos, a taxa média de lucro e o pagamento da renda fundiária. A propriedade do terreno para a unidade não constitui, tal como para a empresa capitalista, um fator de produção necessariamente explorado para a reprodução do capital. A unidade familiar é, a um só tempo, núcleo de produção e núcleo de consumo e o seu vínculo à terra não possui um caráter eminentemente mercantil (LACERDA, 1985:77).

A afirmação de VELHO (1981) sintetiza a perplexidade que impera nos meios acadêmicos:

Existem momentos no estudo de certos temas, em que se tem a nítida impressão de haver atingido um impasse. As divergências se reproduzem, tendo por base pressupostos comuns tão mais presentes quanto mais obscurecidos pelas polêmicas. Aparentemente, é de certa forma isso que ocorre hoje com boa parte das discussões a respeito dos pequenos produtores rurais, o caráter capitalista ou não de sua produção e/ou a sua "funcionalidade" para o desenvolvimento capitalista.

II.2 Especificidades da Pequena Produção

As particularidades distintivas da pequena produção são dadas pelas relações de parentesco. A unidade familiar é, a um só tempo, núcleo de produção e núcleo de consumo e o vínculo à terra não possui caráter eminentemente mercantil.

O trabalho predominantemente familiar traduz-se como um dos elementos fundamentais da produção camponesa. A divisão social do trabalho é organizada segundo regras de conduta imbuídas de valores sociais presentes na vivência camponesa. Nesta forma de organização social, a figura do "chefe-de-família" é fundamental, pois atua como organizador e condutor pessoal do processo produtivo.

Para Silva (1980) a organização da pequena produção agrícola contém os seguintes elementos:

- a) utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção
- b) posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles
- c) produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para o autoconsumo, seja produzindo para a venda
- d) não é fundamental a propriedade mas, sim, a posse da terra. Sendo assim, não só o proprietário mas, também o parceiro, o arrendatário, o posseiro, podem configurar-se como formas de produção camponesa.

Tradicionalmente, a noção de agricultura familiar (ou agricultura enquanto atividade familiar) repousa sobre a idéia de uma identidade entre família e exploração. A unidade de produção é uma família, ou seja, entre outras coisas, um grupo de trabalho no qual os membros estão unidos por laços de parentesco, um grupo que se constitui e se renova sobre a base das relações familiares¹¹ (LAMARCHE, 1993).

O pequeno produtor tem, na agricultura, a principal atividade econômica, em que:

- a) família constitui, a um só tempo, um grupo de produção e consumo
- b) uso predominante do trabalho familiar
- c) complementação da renda doméstica por meio de assalariamento temporário no campo e/ou atividades não-agrícolas
- d) áreas de exploração reduzidas
- e) baixa capitalização
- f) baixo nível tecnológico no processo de trabalho
- g) reduzido poder de barganha perante o sistema financeiro e o capital comercial
- h) subordinação aos pacotes tecnológicos induzidos pelos bancos, para o fornecimento do crédito rural.

¹¹A exploração camponesa é familiar, sendo um conceito de análise que define um modelo de funcionamento particular de exploração agrícola, porém nem todas as explorações familiares são camponesas (LAMARCHE, 1993:16)

O fato de produzir para o mercado não imprime à pequena produção, o caráter capitalista pois, internamente, é regida por relações não capitalistas, baseada no trabalho familiar, em que o proprietário da terra também é um trabalhador, cujo funcionamento das pequenas unidades produtivas é ditado pela lógica da sobrevivência.

Reconhece-se que as condições de trabalho e de vida da maioria dos pequenos produtores são ainda bastante precárias, tornando-se vulneráveis às adversidades do meio em que vivem e produzem. Destacam-se, neste particular, o problema da posse e do uso da terra, a comercialização da produção, o reduzido nível de organização política, dentre outros fatores que se constituem em fortes restrições sociais e econômicas à melhoria de suas condições de vida (PEIXOTO, 1995).

Diante da situação em que se encontra o pequeno produtor, indaga-se: sabendo-se que sob o ponto de vista econômico uma atividade somente pode tornar-se atrativa se maiores riscos forem compensados com maior rentabilidade, por que o pequeno produtor não abandona a atividade agrícola?

Considera-se que a subsistência da família e a preservação do patrimônio familiar induzem o pequeno produtor a continuar produzindo, mesmo nas mais diversas condições, através da intensificação do esforço produtivo de cada membro da família, tanto na exploração da propriedade quanto na prestação de trabalho acessório ou redução dos níveis de consumo familiar.

III. A PEQUENA PRODUÇÃO (HORTÍCOLA) EM QUESTÃO

Introdução

O debate sobre a pequena produção tem provocado diversas formulações teóricas nos círculos acadêmicos, com significativas contribuições analíticas; entretanto, apesar dos progressos alcançados, o debate se mantém em aberto, suscitando novas indagações.

No presente trabalho, persiste a idéia de que existe um segmento de pequenos produtores que não adotam a lógica capitalista de acumulação em sua produção e reprodução; entretanto, estão inseridos no sistema dominante, sujeitos às suas formas de subordinação. A pequena produção familiar sofre o dilema de ter princípios calcados na lógica não capitalista de preservação e reprodução da unidade familiar, inserida no entanto, num mercado de base capitalista¹².

É necessário situar o distrito pesquisado no contexto histórico que determinou sua formação num território dominado pela grande exploração canavieira: as transformações históricas ocorridas no espaço da comunidade dos pequenos produtores de Natuba.

O resultado das informações obtidas *in loco* e os registros extraídos de levantamentos bibliográficos e de documentos oficiais, conjugados aos dados fornecidos em artigos de periódicos no Instituto Histórico do Município de Vitória de Santo Antão, permitiram a reconstituição e o entendimento do processo de ocupação da comunidade, conforme será visto adiante.

¹²O conjunto das forças produtivas e das relações de produção está situado no modo de produção dominante

III.1 À Sombra dos Canaviais: a Horticultura no Espaço Canavieiro

Nesta seção ter-se-á uma breve retrospectiva histórica do processo de transformação do espaço agrário de Natuba. As mudanças ocorridas refletem o desenvolvimento histórico que se verifica no conjunto da sociedade, dentro da qual a comunidade se integra; por conseguinte, configuram-se como desdobramento de um processo histórico. Atualmente, representa o local de produção e reprodução de pequenos produtores rurais numa área da zona da mata pernambucana, cuja produção do espaço foi historicamente comandada pelos canaviais.

O distrito de Natuba constitui resquício de uma antiga forma de acesso à terra e, ao mesmo tempo, de um tipo de relação de trabalho, comum a essa porção da região nordestina, até princípios da década de 60 - o aforamento¹³. A comunidade de Natuba é formada por remanescentes de foreiros, situados no espaço do latifúndio canavieiro, exercendo dupla função: produtores de excedentes e reserva de mão-de-obra para a grande exploração.

As terras ocupadas pelos ex-foreiros foram desapropriadas e demarcadas pelo INCRA, possibilitando a seus ocupantes o direito à posse. Deste modo, tanto Natuba quanto as congêneres¹⁴, foram constituídas no interior dos engenhos, dos quais herdaram os nomes¹⁵, ocupando as suas “sobras”. Atualmente, se conformam no espaço municipal como “ilhas” de produção diversificada no meio do canavial.

O cultivo da cana teve lugar nas terras de Vitória de Santo Antão, entre os séculos XVIII e XIX, momento em que o povoamento e o desenvolvimento dos canaviais ultrapassaram os limites dos vales dos rios Jaboatão, Pirapama e Ipojuca, que têm parte de suas bacias hidrográficas cortando a área municipal.

¹³ O aforamento ocorre quando o proprietário rural atribui a outrem o domínio útil do imóvel rural, mediante pagamento de uma pensão ou foro anual

¹⁴ Canha, Mocotó, Pacas e Figueira

¹⁵ Refere-se ao Engenho Natuba, existente antes do desmembramento, em pequenas propriedades

No entanto, os engenhos implantados foram menos opulentos¹⁶ e de uso menos intensivo de suas terras, se comparados aos da Zona da Mata Sul do Estado, permitindo a convivência da agricultura de subsistência em terras menos indicadas para o cultivo da cana: as “sobras” dos engenhos¹⁷.

Vitória de Santo Antão atingiu significativo desenvolvimento na atividade canavieira. Em 1812, conquistou a maioria política ao adquirir o status de município. Neste período, surgiu um grande número de engenhos e unidades fabris de produção de açúcar, aguardente e rapadura. Os engenhos de aguardente tiveram maior relevância devido à elevada demanda de aguardente nas feiras locais, que abasteciam os tropeiros do sertão; no entanto, os engenhos foram paulatinamente perdendo espaço para as usinas e os senhores de terra foram transformados em fornecedores de cana ou arrendaram suas terras às usinas. A alternativa foi à fabricação de aguardente¹⁸, que consistia numa atividade tradicional no município. Outra estratégia foi o parcelamento das terras em lotes entre os foreiros; deste modo, novos espaços foram abertos à agricultura familiar voltada à subsistência através do autoconsumo e venda do excedente.

A consolidação das usinas eliminou o senhor de engenho, enquanto classe dominante, transferindo o poder econômico, político e social, para o usineiro. Após o término da Segunda Guerra Mundial, com as valorizações do açúcar no mercado externo, o fornecimento de cana às usinas tornou-se mais atrativo que a manutenção do aforamento das terras. Devido a isto, a opção pelo aforamento pelos senhores que foram viver nas cidades, não chegou a ser uma alternativa de longa duração, resultando na retomada das terras ocupadas pelos foreiros.

¹⁶ Em compensação, o cultivo da cana para produção de aguardente garantiu ao lugar a condição de empório comercial

¹⁷ Nos latifúndios subutilizados, concentrava o senhor as suas atividades nas áreas de terras mais férteis, mais próximas de suas habitações ou de suas fábricas e permitia que trabalhadores sem terra ocupassem “sítios” nas áreas mais afastadas, cultivando lavouras de subsistência. Esses moradores pagavam, em geral, um foro anual em dinheiro, em espécie ou em trabalho e formavam uma clientela a serviço do proprietário. (ANDRADE, Manuel Correia de. Agricultura & Capitalismo. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979)

¹⁸ A fabricação de aguardente desenvolveu-se mais intensamente em meados da década de quarenta, devido à expansão dessa atividade a partir da instalação do Engarrafamento Pitú

Em meados da década de setenta houve o fortalecimento da atividade canavieira, a partir da implantação do PROÁLCOOL, na busca de fontes alternativas de combustível devido à crise do petróleo, gerando uma demanda por terras para o plantio da cana-de-açúcar. A partir de então, o município de Vitória de Santo Antão passa a caracterizar-se, propriamente, como área do domínio canavieiro; isto era, até meados de setenta, mera força de expressão, haja vista que a mandioca ainda se encontrava bastante difundida na ocupação das “sobras” no espaço territorial do município.

A expansão dos canaviais encerrou-se com a redução do amparo do Estado à atividade sucroalcooleira, tendo contribuído para a concentração das terras e expropriação do homem do campo, através das políticas de modernização da agricultura, associadas à falência do modelo agroexportador nordestino - com base na exportação do açúcar - e a desativação do PROÁLCOOL.

Apesar dos avanços e recuos, a cultura da cana continua sendo praticada em grande escala no município de Vitória de Santo Antão, graças à produção de açúcar, à fabricação de aguardente ou de álcool. Confirmando no município a característica da Zona da Mata Pernambucana dominada pela grande exploração, marcada pontualmente pela presença de pequenas porções de agricultores familiares, como ocorreu com o Engenho Natuba, transformado em comunidade de pequenos produtores.

III.2 Intervenção do Estado: uma questão de políticas públicas

No momento em que ocorreu a expansão do espaço ocupado pela cana-de-açúcar, algumas comunidades de pequenos produtores sobreviveram de modo difuso em meio ao canavial. Natuba é um desses remanescentes, permanecendo como produtora de alimentos.

A passagem das terras da condição de propriedade privada para terras públicas, não alterou a situação dos foreiros. Os moradores do antigo engenho continuaram como foreiros que pagavam pelo uso da terra com dias semanais de trabalho gratuito: o cambão. A utilização dos moradores como mão-de-obra, teve por fim a produção de gêneros alimentícios,

enquanto o espaço ocupado pelos moradores tinha a característica de autoconsumo; com a venda do excedente, realizada na feira da cidade de Vitória de Santo Antão, auferiam a renda que destinavam à aquisição dos bens não produzidos. Estes foram traços assumidos pela agricultura familiar na região, até o momento em que foi sendo paulatinamente subjugada pelo mercado, condição estabelecida com o crescimento das cidades e o desenvolvimento do modo de vida urbano-industrial.

No final da década de sessenta ocorreram modificações na modalidade de pagamento pelo uso da terra. Os moradores deixaram de fazer o pagamento pelo uso da terra em serviços, passando à forma remunerada, através da parcela anual: o foro. O significado das modificações na forma de pagamento pelo uso da terra, estava relacionado às mudanças nas relações de trabalho no campo. A adaptação aos acontecimentos da época: a mudança na forma de pagamento pelo uso da terra, através do Estatuto da Terra, que no Artigo 93, inciso I, preconiza: *“Ao proprietário é vetado exigir do arrendatário ou do parceiro prestação de serviço gratuito”*.

A mudança representava a substituição da modalidade em vigor para sua adequação à legislação vigente. A modificação na forma de pagamento estava inserida nas novas relações estabelecidas pelo Estado. Com a substituição do cambão pelo pagamento do uso da terra em dinheiro, houve a intensificação das relações dos moradores com o mercado, na dependência da remuneração que iria garantir a permanência no lote ocupado.

Não seria mais a necessidade doméstica que, fundamentalmente, determinaria o tipo de cultura a ser produzida e, sim, a demanda do mercado. Assim, a tradicional agricultura de roça, representada pelo cultivo do feijão, milho e mandioca, viria a ser gradativamente substituída pela produção de hortaliças. A opção por esse tipo de cultura se deveu ao fato de ser uma cultura de ciclo curto¹⁹ e em função de exigir pequena área de terra e rápida conversão monetária no mercado.

¹⁹O tempo decorrido entre o plantio e a colheita das hortaliças pesquisadas é de aproximadamente três semanas, garantindo ao pequeno produtor a conversão em renda dos esforços do seu trabalho, destinados aos gastos domésticos

O pagamento do foro conjugado às despesas domésticas, levou a maior parte dos produtores à inadimplência. Deste modo, em 1984 a comunidade foi integrada ao Projeto Terra Nossa, através do Plano de Desenvolvimento do Estado, na gestão do Governo de Roberto Magalhães. Numa articulação entre governos estadual e federal²⁰, ocorreu a legalização da posse através da compra das terras pelo INCRA.

Este fato reforçava as metas do PROCANOR, às quais se enquadravam os pequenos produtores de Natuba, uma vez que a renda que geravam os incluía na faixa de pobreza absoluta, condição preconizada nas diretrizes do Programa.

As terras foram fragmentadas em pequenos lotes de aproximadamente 0,3 hectare²¹; deste modo, enquadram-se na categoria de minifúndio, não atendendo ao preceito oficial de área mínima equivalente a um módulo.

A desapropriação das terras assinala o segundo momento de intervenção do Estado, traduzido na institucionalização da posse aos pequenos produtores rurais. A representação do Estado, através da legalização da posse, passou a ser efetivada pelos técnicos da EMATER, envolvidos nos projetos de financiamento e custeio da produção, passando a dar assistência técnica à comunidade, com a finalidade de organizar um espaço coletivo para conversão das reivindicações políticas e econômicas dos pequenos produtores.

Foi criada, então, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Natuba (ASSPPRON)²² como “entidade de representação, defesa e prestação de serviços” aos pequenos produtores associados. Deveria tornar-se uma alternativa para a construção de um espaço de coletivização dos interesses comuns dos produtores. A Associação representaria um canal de ligação e acesso dos agricultores aos subsídios estatais e à assistência técnica, através da orientação da EMATER e dos financiamentos do PRORURAL.

²⁰ Representado pelo INCRA

²¹ Inferior ao módulo da região que corresponde a 14 hectares

²² Fundada em 08 de outubro de 1984, como sociedade civil, sem finalidade lucrativa, destinada à representação dos produtores e prestação de serviços aos seus associados

Mas, na realidade, a Associação correspondeu mais a um incentivo técnico para atender aos preceitos do Estatuto da Terra, que prevê o cooperativismo e/ou associativismo como forma de orientação coletiva aos beneficiários, e menos como resultado de uma ação conjunta dos pequenos produtores .

III.3 Produção de Hortaliças do Estado de Pernambuco

O IBGE limita-se a registrar, a cada cinco anos, o volume e o valor (não a área) dos produtos hortícolas, nos Censos Agropecuários, com base nos mesmos critérios utilizados para as lavouras anuais (registro da colheita num momento determinado do ano). A Produção Agrícola Municipal - levantamento anual - inclui apenas seis produtos da olericultura: alho, batata-doce, batata-inglesa, cebola, mandioca e tomate. A mensuração exata da área e do volume colhidos das olerícolas, exigiriam levantamentos constantes, junto às áreas produtoras.

No Estado de Pernambuco, em relação ao valor da produção de alface, ocorreu entre 1970 e 1995, crescimento da ordem de 119%; no que se refere à quantidade produzida, verificou-se um aumento de 252%. Considerando-se a última década, observa-se valorização, já que, mesmo com a redução da quantidade, ocorreu aumento do valor da produção (Tabela 01).

Tabela 01 - Produção e valor da produção de Pernambuco (alface) 1970/1995

Anos	Quantidade (t)	Valor * (R\$ 1000)
1970	1.092	1.902,63
1975	1.413	1.559,34
1980	4.847	3.153,56
1985	4.673	2.420,00
1995	3.840	4.167,62

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários

* Valores em reais de 01/05/2001, atualizados pelo IGP-FGV

No período entre 1970-1995, o valor da produção de coentro aumentou 287%, enquanto a quantidade apresentou um incremento de 427%. Entre 1985 e 1995, no entanto, o valor da produção cresceu 36% contra 10% de crescimento na quantidade produzida (Tabela 02).

Tabela 02 - Produção e valor da produção de Pernambuco (coentro) 1970/1995

Anos	Quantidade (t)	Valor * (R\$ 1000)
1970	1.266	1.826,15
1975	2.541	3.155,41
1980	10.122	8.521,76
1985	6.034	5.197,94
1995	6.668	7.064,51

Fonte IBGE: Censos Agropecuários

* Valores em reais de 01/05/2001, atualizados pelo IGP-FGV

A quantidade produzida de cebolinha²³ entre 1970 e 1980 teve aumento de 664%, enquanto o valor da produção um incremento da ordem de 334% (Tabela 03).

Tabela 03 - Produção e valor da produção de Pernambuco (cebolinha) 1970/1995

Anos	Quantidade (t)	Valor * (R\$ 1000)
1970	485	595,04
1975	1.784	1.560,70
1980	3.705	2.583,24
1985	-	-
1995	-	-

Fonte IBGE: Censos Agropecuários

* Valores em reais de 01/05/2001, atualizados pelo IGP-FGV

²³ A cebolinha não foi incluída nos Censos Agropecuários nos anos de 1985 e 1995.

Na CEAGEPE, a oferta de alface, coentro e cebolinha, proveniente do Estado de Pernambuco, é quase totalidade. Os Estados concorrentes representam um universo pouco significativo, em termos de volume, mas se destaca a importância relativa da Paraíba.

No período de 1987-1997, a alface proveniente de Pernambuco teve uma participação relativa de 99%, enquanto que os demais Estados (Alagoas e Paraíba) contribuíram conjuntamente, com apenas 1% (Quadro 01).

Quadro 01 - Procedência por Estado da Federação, (alface) 1987-1997 (em t)

F	ANO										
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
L	-	-	-	-	-	-	-	-	0,30	0,40	0,40
A	-	-	-	-	0,40	-	-	-	-	-	-
B	4,00	1,10	0,10	-	5,80	-	0,20	-	3,20	5,40	43,00
E	728,80	849,30	973,80	1.155,80	1.095,80	722,60	924,90	460,50	832,60	1.212,90	1.068,10
tal	732,80	850,40	973,90	1.155,80	1.102,00	722,60	925,10	460,50	836,10	1.218,70	1.111,50

Fonte: CEAGEPE, 1999

Entre 1987 e 1997, o coentro, proveniente de Pernambuco, teve participação relativa de 95% no volume comercializado na CEAGEPE, enquanto Alagoas e Paraíba contribuíram com 1% e 4%, respectivamente (Quadro 02).

Quadro 02 - Procedência por Estado da Federação, (coentro) 1987-1997 (em t)

Ano										
1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
-	-	-	-	-	-	-	-	0,30	0,40	2,50
242,40	103,90	117,30	57,00	125,00	68,90	6,60	14,10	98,30	73,30	111,00
1.673,00	1.582,40	2.170,70	2.674,70	2.218,60	1.737,50	2.445,70	1.604,70	2.195,40	2.545,70	2.158,90
1.915,40	1.686,30	2.288,00	2.731,70	2.343,60	1.806,40	2.452,30	1.618,80	2.294,00	2.619,40	2.272,40

Fonte: CEAGEPE, 1999

A cebolinha oriunda de Pernambuco, no período de 1987 a 1997, teve participação relativa equivalente a 99%, enquanto os Estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba e Santa Catarina, representaram conjuntamente apenas 1% (Quadro 03).

Quadro 03 - Procedência por Estado da Federação, (cebolinha) 1987-1997 (em t)

UF	Ano										
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	0,30	-	0,30
MA	-	-	-	-	0,50	-	-	-	-	-	-
PB	20,60	0,80	0,40	-	1,10	0,30	-	-	1,50	0,40	20,50
PE	839,80	939,90	883,70	1.110,30	840,90	720,80	918,10	565,70	959,60	1.264,90	1.065,80
SC	-	-	-	-	0,10	-	-	-	-	-	-
Total	860,40	940,70	884,10	1.110,30	842,60	721,10	918,10	565,70	961,40	1.265,30	1.086,60

Fonte: CEAGEPE, 1999

III.4 A "Pequena" produção do Distrito de Natuba

O município de Vitória de Santo Antão (50 km da cidade de Recife) situa-se no litoral da Mata Úmida Pernambucana. Limita-se, ao Norte, com os municípios de São Lourenço da Mata, Glória de Goitá e Chã de Alegria; a Leste, Cabo, Moreno e São Lourenço da Mata; ao Sul, Primavera e Escada e a Oeste, com o município de Pombos.

Encontram-se na zona de transição climática dos tipos AWS' e AS' da classificação Köppen, com clima quente e úmido, chuvas máximas de maio a agosto, com precipitação média anual de 852,2 mm e temperatura oscilando entre 32° C (máxima) e 16° C (mínima), ficando a média em 25° C. Em relação à hidrografia, os principais afluentes do Rio Tapacurá são o Rio Natuba e os riachos Ronda, Pacas e Mocotó.

O distrito de Natuba, situado em Vitória de Santo Antão, é uma área predominantemente de cultivo agrícola, onde pequenos produtores têm o cultivo de hortaliças como principal fonte de renda. A exploração agrícola consiste principalmente na produção de hortaliças folhosas (coentro, alface e cebolinha).

No caso das hortaliças, inexistente a diferenciação entre produção para “venda” (cultura comercial) e produção para o autoconsumo. A quantidade de hortaliças que entra na cesta de consumo do produtor é ínfima para fins analíticos. Pode-se considerar que toda a produção é direcionada para o mercado. Tratando-se de uma cultura comercial, é essencial sua comercialização para aquisição de bens não produzidos na propriedade.

A produção de hortaliças, em razão do alto grau de perecibilidade, exige que a intermediação seja realizada de forma rápida. Deste modo, a ameaça de deterioração é um elemento constante na negociação, tornando os preços mais baixos. Dada à especialização dos produtores e à rápida perecibilidade do produto, o negócio envolve grandes riscos.

Musumeci (1987:49) argumenta que os horticultores:

Tendo que vender a produção imediatamente após a colheita não têm como regatear preço e, além disso, quanto mais distanciados do centro consumidor, menos controle podem exercer sobre a fidedignidade das informações que lhes dá o intermediário a respeito dos preços praticados na CEASA, do volume da oferta no momento, e assim por diante. Ao contrário, portanto, do que ocorre com os grãos, a especulação no comércio atacadista de hortigranjeiros não se faz sobre estoques, mas sim sobre a própria perecibilidade dos produtos e a vulnerabilidade dos produtores, ditada pela urgência de comercialização.

III.5 Mercado Interestadual

No Estado de Pernambuco, Natuba, um dos municípios de Vitória de Santo Antão, destaca-se como produtor de hortaliças, tornando ínfima a participação dos demais municípios.

No período de 1987-1997, a comercialização de alface proveniente de Vitória de Santo Antão teve participação relativa da ordem de 99%, enquanto os demais municípios contribuíram com apenas 1% (Quadro 10).

Quadro 04 - Participação por município de Pernambuco, (alface) 1987-1997 (em t)

Munc.	Anos										
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Vitória	724,10	833,60	969,40	1.152,40	1.082,00	717,90	912,70	443,30	820,60	1.193,90	1.041,20
Outros	4,70	15,70	4,40	3,40	13,80	4,70	12,20	17,20	12,00	19,00	26,90
Total	728,80	849,30	973,80	1.155,80	1.095,80	722,60	924,90	460,50	832,60	1.212,90	1.068,10

Fonte: CEAGEPE, 1999

. Outros: refere-se a outros municípios do Estado de Pernambuco

O coentro, entre 1987-1997, proveniente de Vitória de Santo Antão teve uma participação relativa de 93% e os demais municípios contribuíram com apenas 7% (Quadro 11).

Quadro 05 - Participação por município de Pernambuco, (coentro) 1987-1997 (em t)

Munc	Anos										
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Vitória	1.349,00	1.262,30	2.037,30	2.597,50	2.122,50	1.644,30	2.378,90	1.522,30	2.074,60	2.368,10	1.983,50
Outros	324,00	320,10	133,40	77,20	96,10	93,20	66,80	82,40	120,80	177,60	175,40
Total	1.673,00	1.582,40	2.170,70	2.674,70	2.218,60	1.737,50	2.445,70	1.604,70	2.195,40	2.545,70	2.158,90

Fonte: CEAGEPE, 1999

A cebolinha, comercializada na CEAGEPE, no período de 1978-1997, teve participação relativa da ordem de 88% e os municípios restantes contribuíram com 12% (Quadro 12).

Quadro 06 - Participação por município de Pernambuco, (cebolinha) 1987-1997 (em t)

Munc	Anos										
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Vitória	566,30	751,20	713,40	983,50	765,80	649,20	840,90	512,80	902,30	1.191,00	1.006,20
Outros	273,50	188,70	170,30	126,80	75,10	71,60	77,20	52,90	57,30	73,90	59,60
Total	839,80	939,90	833,70	1.110,30	840,90	720,80	918,10	565,70	959,60	1.264,90	1.065,80

Fonte: CEAGEPE, 1999

Em termos de volume, que as hortaliças comercializadas na CEAGEPE provêm, em sua quase totalidade, de Vitória de Santo Antão.

Conclusão

As discussões sobre a pequena produção familiar no sistema capitalista encontram interpretações distintas. Neste sentido, coloca-se como questão ainda não resolvida plenamente para explicar os tipos de organização da produção agrícola.

As principais linhas básicas de pensamento podem ser assim resumidas:

- a) os clássicos marxistas tratam a existência camponesa como uma transição
- b) outra corrente de pensamento considera o campesinato como algo externo ao capitalismo, um modo de produção distinto, que interage com o capitalismo
- c) a terceira tende a considerar o campesinato como resultado das contradições do próprio capitalismo na agricultura que embora apresentando peculiaridades, não pode ser analisado como algo estranho ao capitalismo ou simplesmente transitório.

Vitória de Santo Antão é a principal área de produção de folhosa do Estado de Pernambuco, com destaque para o abastecimento do mercado urbano do Recife. A área pesquisada (Natuba) situa-se no referido município, onde pequenos produtores enfrentam problemas, como elevada perecibilidade dos produtos, excessiva oferta e baixos preços de venda, conjugados às condições adversas de comercialização.

IV. PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS DO DISTRITO DE NATUBA

Introdução

Pretende-se, com os tópicos que compõem o presente capítulo, fornecer uma panorâmica da produção da área em foco, cuja importância se deve ao fornecimento de informações para análise das condições vivenciadas pelos produtores na manutenção da atividade agrícola como principal fonte de renda.

IV.1 Caracterização da Produção

A comunidade de Natuba é constituída por pequenos produtores de culturas temporárias, numa área cuja extensão de cultivo é predominantemente de 0,3 ha. O plantio das hortaliças é efetuado de forma consorciada: coentro/cebolinha e alface/cebolinha, visto que este mecanismo permite um aproveitamento maior da terra evitando, assim, desperdício de espaço.

O Quadro 4 evidencia alguns aspectos da unidade de produção, de modo a fornecer uma visão geral da área em foco.

Quadro 07 - Características da produção de Natuba, PE

Tipo de propriedade	Pequenas unidades produtivas
Mão-de-obra	Familiar
Principais culturas	Coentro, alface, cebolinha
Nível tecnológico	Baixo
Organização	ASSPPRON

Fonte: Dados da pesquisa

Os principais aspectos agronômicos das unidades produtivas estão sintetizados no Quadro 05, com as seguintes variedades cultivadas: coentro (c.v. verdão); alface (lisa ou crespa) e cebolinha (verona ou caina).

Quadro 05 - Principais aspectos agronômicos das unidades produtivas

Aspectos agronômicos	coentro	alface	cebolinha
Sistema de plantio	Local definitivo utilizando-se 3 ^a 4 ^a g de sementes/m ²	Sementeira e posterior transplante das mudas	Rebentos (propagação) em local definitivo
Aspectos fitossanitários (doenças e pragas mais comuns)	Pragas do solo; Pulgões Minadores; Atracnose (bode) Nematóides	Lagarta rosca Paquinha	Pragas do solo Minadores Manca de alternância.
Irrigação	Mangueira com bico tipo regador		
Agrotóxicos	Utilizados por todos os produtores (a maioria faz aplicação orientados pelos prospectos que acompanham os produtos)		

Fonte: Secretaria de Agricultura/EMATER (jul./1995)

IV.2 Caracterização dos Produtores

Os produtores se caracterizam pela utilização de mão-de-obra familiar e de tecnologia tradicional²⁴, dividindo-se em proprietários e não proprietários. Os produtores proprietários detêm a posse da terra, obtida pela desapropriação efetuada pelo INCRA e via herança, e os não proprietários são divididos em parceiros e arrendatários.

A maioria é formada de produtores proprietários (65%), enquanto as demais categorias atingem o montante de 35% (Tabela 04).

Tabela 04 - Condição do produtor

Descrição	Nº	%
Proprietário	36	65
Parceiro	11	20
Arrendatário	8	15
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

Ficam evidenciados os baixos níveis de escolaridade, visto que o fato de "assinarem o nome" não foi considerado indicador de nível escolar resultando, assim, no aumento dos indivíduos considerados sem escolaridade (Tabela 05).

Tabela 05 - Escolaridade do produtor

Descrição	Nº	%
Não tem	32	58
Primário incompleto	15	27
Primário completo	6	11
1º grau incompleto	2	4
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

Observa-se que 24 produtores se dedicam exclusivamente ao cultivo de coentro, alface e cebolinha, enquanto 31 cultivam, também, outras culturas²⁵ (Tabela 06).

²⁴ Refere-se ao emprego de técnicas não modernas.

²⁵ Agrião, berinjela, pimentão, hortelã, maxixe, rabanete, nabo, beterraba, salsa, espinafre, couve-flor, manjeriço etc

Tabela 06 - Cultivo de culturas alternativas

Descrição	Nº	%
Sim	31	57
Não	24	43
Total	55	100

Fonte: pesquisa de campo

IV.3 Renda Familiar Agrícola

As principais razões que limitam a renda dos produtores é a reduzida dimensão da área cultivada, que impede a diversificação de culturas²⁶ e a ausência de agregação de valor aos produtos cultivados. Existe o agravante da oferta ser concentrada em coentro, alface e cebolinha, o que gera um excedente, que se reflete na redução dos preços e, conseqüentemente, diminuição da renda.

Pode-se verificar na Tabela 07 que, do total dos entrevistados, 74% auferem renda mensal entre 01 a 03 sm, enquanto 22% obtêm, mensalmente, de 3.1 a 05 sm e os restantes 4 %, um rendimento entre 5.1 a 07 salários mínimos.

Tabela 07 - Renda familiar mensal

Descrição	Nº	%
01 – 03 sm	41	74
3.1– 05 sm	12	22
5.1 – 07 sm	2	4
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

²⁶ A diversificação poderia atuar como mecanismo de obtenção de melhores preços, dado à cesta de produtos ofertados

Dos produtores entrevistados, 44 têm na agricultura a principal fonte de renda, enquanto 11 auferem os rendimentos, basicamente, de atividades não agrícolas (Tabela 08).

Tabela 08 - Principal fonte de renda familiar

Descrição	Nº	%
Agricultura	44	80
Outras fontes	11	20
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

Da amostra pesquisada, apenas dois produtores possuem veículo, enquanto, 53 não têm. O fato de não possuir condução própria denota a dependência de transportes alternativos para deslocamento da produção (Tabela 09).

Tabela 09 - Veículo próprio

Descrição	Nº	%
Sim	2	3
Não	53	97
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

IV. 4 Mão-de-obra

A utilização do trabalho familiar é intensa nas propriedades pesquisadas, já que, essencialmente, a família representa a unidade básica de produção; no entanto, a mão-de-obra da família não elimina a utilização de mão-de-obra externa ao núcleo familiar. Os produtores solteiros e pais com filhos menores, são obrigados a contratar²⁷ mão-de-obra, pois o núcleo familiar não dispõe de membros habilitados para se integrar ao processo produtivo.

Na divisão do trabalho aos homens competem as atividades que requerem maior esforço físico e que oferecem maiores riscos à saúde, como a preparação dos leirões e aplicação de defensivos agrícolas. Deve-se destacar que os homens ficam expostos aos riscos de contaminação no preparo e aplicação dos defensivos agrícolas, uma vez que não utilizam equipamentos protetores.

Existe um diferencial, em termos de remuneração, relacionado ao sexo; as mulheres, por executarem tarefas mais leves, como a colheita e lavagem (no caso da alface) recebem, em média, R\$35,00 por semana, e os homens R\$50,00.

Do total de entrevistados, 73% utilizam unicamente mão-de-obra familiar, enquanto 27% recorrem à mão-de-obra externa (Tabela 10).

Tabela 10 - Utilização de mão-de-obra externa

Descrição	Nº	%
Sim	15	27
Não	40	73
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

IV.5 Sistema de Irrigação

Os instrumentos usados no manejo da produção consistem em equipamentos simples, como pás, carro-de-mão, enxada, regador e similares.

A totalidade dos entrevistados utiliza irrigação (Tabela 11). O sistema empregado é rudimentar, realizado à base de regador, denominado “mangueira de bico”.

²⁷ Não envolve contratos escritos e, sim, acordos verbais

Tabela 11 - Utilização de irrigação

Descrição	Nº	%
Sim	55	100
Não	-	-
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

IV.6 Custos de Produção

Conformidade com as recomendações técnicas da EMATER (1998) o cultivo do coentro exige espaçamento de 0,10m x 0,10m, gerando uma produtividade de 12,6 t/ha que corresponde a 3.938 molhos. Para o plantio da alface, recomenda-se o espaçamento de 0,25m x 0,10m, perfazendo uma produtividade de 21 t/ha ou 1.500 cento. E, para o cultivo da cebolinha aconselha-se o espaçamento de 0,30m x 0,60m, com produtividade de 10,4 t/ha ou 5.700 molhos.

Os custos que mais oneram a produção, em ordem decrescente, são esterco bovino, a confecção de canteiros, capinas manuais e irrigação. No item "serviços", os gastos equivalem a R\$5.538,00; os "insumos" somam R\$3.385,88, enquanto "outros gastos" contabilizam R\$314,40. As planilhas de custo (Quadro 06 e 07) são calculadas para implantação de um sistema consorciado. Na realidade, esses dispêndios sofrem redução pela utilização da mão-de-obra familiar e ao fato da área de cultivo já estar implantada. Outro fator redutor dos custos de produção ocorre porque a cebolinha é plantada através de propagação, não necessitando da aquisição de sementes²⁸.

No Quadro 07 considera-se o custo de produção para o tamanho predominante da área cultivada, que corresponde a 0,3 ha. O esterco bovino, apesar de não ser um insumo industrializado, representa um dos itens que mais encarecem a composição dos custos. Em

Quadro 04 - Planilha de Custo de Produção (EMATER)

Fundação de 1,0 ha de coentro, alface, cebolinha				
Itens Financiáveis	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
I. Serviço				
1. Preparo do solo				
Confecção de canteiro	h/d	300	6,00	1.800,00
2. Plantio				
Confec. Sement. Semeio h/d	h/d	1	6,00	6,00
Plantio e/ou Transpl.	h/d	80	6,00	480,00
3. Tratos culturais				
Capinas manuais (4)	h/d	200	6,00	1.200,00
Adubação de cobertura	h/d	4	6,00	24,00
Irrigação	h/d	170	6,00	1.020,00
Tratos fitossanitários	h/d	18	6,00	108,00
4. Colheita	h/d	150	6,00	900,00
II - Insumos				
Sementes (alface)	Kg	0,5	56,00	28,00
Sementes (coentro)	Kg	20	15,00	300,00
Rebentos (Cebolinha)	Molho	400	0,50	200,00
Fertilizantes(20.10.20)	Kg	440	0,32	140,00
Fertilizantes (uréia)	Kg	550	0,36	198,00
Esterco bovino	Ton	40	60,00	400,00
Dithame	Kg	6	9,00	54,00
Decis	Litro	2	30,00	60,00
Fermicidol	Kg	1	2,40	2,40
Espanalhante adesivo	Litro	1	3,48	3,48
III - Outros				
Óleo diesel	Litro	720	0,41	295,20
Óleo lubrificante	Litro	6	3,20	19,20
Total				8.339,08

Fonte: EMATER, mar/abr/1998

²⁸ Na verdade, esses custos ficam implícitos, se considerar que a utilização de mão-de-obra familiar incorre em custo de oportunidade e a quantidade de cebolinha utilizada na propagação por rebento equivale a uma parcela da produção não vendida

Quadro 10 - Planilha de Custo de Produção (Natuba)

Fundação de 0,3 ha de coentro, alface, cebolinha				
Itens Financiáveis	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
I. Serviço				
1. Preparo do solo				
Confecção de canteiro	h/d	90	6,00	540,00
2. Plantio				
Confec. Sement. Semeio h/d	h/d	1	6,00	6,00
Plantio e/ou Transpl.	h/d	24	6,00	144,00
3. Tratos culturais				
Capinas manuais (4)	h/d	60	6,00	360,00
Adubação de cobertura	h/d	1	6,00	6,00
Irrigação	h/d	51	6,00	306,00
Tratos fitossanitários	h/d	5	6,00	30,00
4. Colheita	h/d	45	6,00	270,00
II – Insumos				
Sementes (alface)	Kg	0,5	56,00	28,00
Sementes (coentro)	Kg	6	15,00	90,00
Rebentos (Cebolinha)	Molho	120	0,50	60,00
Fertilizantes(20.10.20)	Kg	132	0,32	42,24
Fertilizantes (uréia)	Kg	165	0,36	198,00
Esterco bovino	Ton	12	60,00	720,00
Dithame	Kg	2	9,00	18,00
Decis	Litro	1	30,00	30,00
Fermicidol	Kg	1	2,40	2,40
Espalhante adesivo	Litro	1	3,48	3,48
III – Outros				
Óleo diesel	Litro	216	0,41	88,56
Óleo lubrificante	Litro	2	3,20	6,40
Total				2.810,48

Fonte: Tabela 06

IV.7 Crédito

A utilização do crédito é assimilada, pelos agricultores, como geradora de incertezas em vista da imprevisibilidade das condições financeiras futuras para saldarem as dívidas contraídas no financiamento. Existe um receio generalizado de que, findo o prazo, não seja possível saldar a dívida contraída no banco.

Na Tabela 12 pode-se observar que a totalidade dos informantes não utilizam o crédito rural. Apontam as seguintes justificativas em relação à não solicitação de uma linha de financiamento institucional: acreditam que teriam dificuldade em conseguir o crédito por pertencerem a categoria de pequenos produtores; requerimento de garantias, receio em se endividar; excessiva burocracia e rejeição da vinculação do crédito às transformações nos procedimentos da produção através da adoção dos pacotes tecnológicos²⁹.

Os produtores receiam que, devido à precária situação financeira, aliada às flutuações dos preços, não consigam saldar os compromissos nos prazos estabelecidos e, em decorrência, venham a perder a terra. Alegam, também, não terem condições de incorrer em despesas adicionais, como deslocamento às agências bancárias e fornecimento dos documentos solicitados.

²⁹ Conjunto de práticas agrícolas com prescrições agronômicas com orientação técnica de cumprimento obrigatório para liberação do crédito bancário. As exigências para concessão do crédito estarem atreladas às transformações tecnológicas nos métodos produtivos, terminam por excluir os pequenos produtores da condição de beneficiários das linhas de crédito

Tabela 12 - Utilização do crédito agrícola

Descrição	Nº	%
Sim	-	-
Não	55	100
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

Apenas 11% dos informantes estão fazendo uso do crédito não institucional, enquanto, 89% dizem preferir não recorrer a tal recurso e, informam que o crédito é obtido através dos intermediários (Tabela 13).

Tabela 13 - Utilização do crédito não institucional

Descrição	Nº	%
Sim	6	11
Não	49	89
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

IV.8 Assistência Técnica

A assistência técnica é esporadicamente efetuada pela EMATER³⁰, visando principalmente à transferência tecnológica, com o intuito de promover aumentos de produção e produtividade e, como os produtores utilizam com frequência fertilizantes e defensivos agrícolas, a ausência de orientação sistemática quanto ao manejo de aplicação e prazo de validade, torna-se um grave problema.

As restrições feitas pelos entrevistados à EMATER - órgão executor da assistência técnica pública - dizem respeito à imposição de técnicas de elevado custo.

De acordo com os dados arrolados na Tabela 14, apenas 12% dos entrevistados recebem assistência técnica, enquanto 88% disseram não ter acesso às orientações dos órgãos públicos.

Tabela 14 - Assistência técnica

Descrição	Nº	%
Sim	7	12
Não	48	88
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

IV.9 Associação dos Produtores Rurais

A ASSPPRON tem sido inoperante na promoção dos interesses dos seus associados. Sua maior atuação correu no início de sua criação, mediante a compra de material para irrigação e utensílios de trabalho³¹. Por outro lado, este órgão se tornou espaço de assistencialismo, não sendo canalizadas as reivindicações de seus associados na consecução da articulação das necessidades locais aos instrumentos governamentais que beneficiem a comunidade na organização da produção e comercialização das hortaliças.

Além disso, a Associação tem funcionado como reduto eleitoral, com seus representantes exercendo papel de cabo eleitoral ou mesmo candidatos a cargos públicos, gerando uma forma adicional de subordinação dos produtores, através do apadrinhamento político³². E, ainda, transforma a comunidade em alvo político institucionalizado, uma vez que, para se integrar a projetos e programas estaduais, os produtores necessitam de uma entidade representativa.

³⁰ Atualmente EBAPE: Empresa de Abastecimento e Extensão Rural do Estado de Pernambuco

³¹ Os materiais se referem, basicamente à aquisição de mangueiras e bombas para irrigação e instrumentos de trabalho como pás, enxadas e carros-de-mão

³² Os entrevistados alegam que poucos produtores recebem vantagens da Associação, enquanto a maioria fica excluída dos benefícios

Quando indagados sobre o conceito da atuação da Associação, 4% dos informantes o classificaram como “bom”, 31% como “regular”, 58% atribuíram conceito “ruim”, enquanto 7% o classificaram como “péssimo” (Tabela 15). Este resultado é compatível com o grau de insatisfação dos produtores face à não representação dos seus interesses. Quando indagados sobre a descrença na Associação como intermediária entre o poder público e a comunidade, argumentaram que tal concepção é devida ao fato dos seus dirigentes não canalizarem suas reivindicações junto aos órgãos públicos.

Tabela 15 - Avaliação da Associação

Descrição	Nº	%
Bom	2	4
Regular	17	31
Ruim	32	58
Péssimo	4	7
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo

Atualmente, os associados pagam R\$2,00 por mês. Recentemente, numa reunião organizada pelos dirigentes da Associação, foi proposto um acréscimo na taxa da mensalidade, que passaria para R\$5,00. Os dirigentes alegam que o aumento no valor resultaria na melhoria das condições de atuação da entidade.

IV.10 Problemas da Produção

Poder-se-á considerar que os pontos de estrangulamento do sistema produtivo se referem:

- aos preços elevados dos insumos
- à ausência de orientação técnica sistemática
- à inoperância da associação de produtores
- às dificuldades de acesso ao crédito
- à descapitalização dos produtores

- à área de cultivo reduzida
- ao mercado concorrencial
- à utilização inadequada dos agrotóxicos, tendo em vista a ausência de indumentária de proteção

Esses fatores, operando em conjunto, incorrem em prejuízos para a reprodução da unidade familiar.

Conclusão

Os aspectos abordados na organização da produção apontam para a precariedade das condições dos produtores, materializados na reduzida faixa de renda: dependência da venda para aquisição dos bens não produzidos, reduzido tamanho da área de cultivo, não favorecendo a implantação de roçados e elevados custos de produção, conjugados à ausência de orientação técnica sistemática³³, e as dificuldades de obtenção do crédito agrícola. Esta situação se reflete na desfavorável avaliação da Associação, por parte dos produtores que se sentem não representados em seus interesses básicos.

³³ A Escola Técnica Agropecuária de Vitória de Santo Antão poderia oferecer estágios como forma de manter uma orientação técnica aos produtores, atentando para as reais necessidades e recursos da área

V. COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS DO DISTRITO DE NATUBA

Introdução

O sistema de comercialização agrícola é gerado mediante o fluxo organizado de bens e serviços, que tem início nos locais de produção e término nos pontos de consumo. Da área de produção ao consumo, as oleráceas sofrem grande movimentação. O circuito de intermediação agrega valor aos produtos agrícolas, encarecendo o preço final em relação ao praticado na zona de produção.

A venda das hortaliças através dos intermediários³⁴ foi a condição definida para caracterizar a dependência do produtor. Devido à fragilidade financeira para colocação direta dos seus produtos no mercado, os produtores se submetem aos preços pagos pelos intermediários como forma de garantir o escoamento da produção.

A CEAGEPE³⁵ foi escolhida como foco de análise dos preços e das quantidades, pois suas estatísticas, embora não obtidas diretamente nas fontes de produção, são bastante utilizadas e parecem adequadas ao acompanhamento da oferta do setor, uma vez que registram, diariamente, o volume e o local de procedência dos diversos produtos negociados na central atacadista.

Além do mais, a expectativa com a implantação do Sistema de Centrais de Abastecimento seria a eliminação ou redução do número de intermediários, de modo a encurtar o caminho percorrido entre produtores e consumidores; no entanto, a intermediação tem mantido uma participação significativa junto à rede oficial de comercialização.

³⁴ Não será abordado o papel do intermediário no repasse das mercadorias ao consumidor. O interesse do estudo se restringe ao nexos produtor-intermediários

³⁵ Uma parcela da produção se dirige diretamente a outros circuitos; portanto, é com reserva e por falta de alternativa, uma vez que não se dispõe de informações suficientes para análise dos demais circuitos, que se utilizará os registros da CEAGEPE

V.1 Atuação do Capital

As ligações dos produtores com o mercado incluem as vinculações com as modalidades de capital atuantes, sob a égide do capital comercial e financeiro. A dependência estrutural em relação ao capital atua de forma dupla ao viabilizar a continuidade da produção e reproduzir sua subordinação.

O capital financeiro se consolida como uma das dimensões da produção capitalista cuja expressão fundamental é o crédito³⁶. Destaca-se como principal instrumento da Política Agrícola e é apresentado como promotor do processo da “modernização da agricultura”, pela imposição da incorporação de modernas tecnologias ao processo produtivo. O acesso ao crédito tem sido efetuado mediante a interveniência da EMATER, através da assistência técnica.

A Extensão Rural, no Brasil, foi criada em 1948, sob a égide de serviço institucionalizado, tendo por base o modelo norte-americano. Somente em 1954 é que esse serviço atingiu o Nordeste. Em 1969, abrange a finalidade de transferência de tecnologia ao agricultor, consubstanciada ao ajustamento do binômio crédito-assistência técnica, utilizando como instrumento o Crédito Rural Orientado³⁷, garantindo o apoio de orientação técnica a nível do produtor.

Conforme Cezar (1980:18-19):

O crédito corrente e o crédito orientado constituíram elementos que diferenciavam o tipo de tomador. O crédito corrente era destinado a produtores de reconhecida capacidade técnica,

³⁶ O Crédito Rural surgiu em 1937, com a criação da CREA. Em 1965, foi impulsionado com a criação do SNCR, envolvendo toda a estrutura bancária existente no país

³⁷ O Crédito Rural Orientado surgiu após a institucionalização do crédito rural, através da Lei nº 4.829, criando condições para a participação efetiva dos demais bancos no processo de distribuição dos financiamentos, juntamente com a conjugação do crédito à assistência técnica

geralmente os grandes produtores, cuja liberação dos recursos dispensava determinadas formalidades e apresentação de projetos. Enquanto o crédito orientado reservava-se, em geral, para os pequenos produtores considerados adeptos das técnicas tradicionais. A concessão, no caso, condicionava-se à apresentação de um projeto de aplicação elaborado por extensionistas rurais que induziam os produtores ao emprego de técnicas modernas e supervisionadas.

Ainda segundo Cezar (1980:18-19):

A não participação dos bancos privados nas operações de crédito rural até 1965, consistia num problema para a expansão do crédito. Com a reforma financeira a partir desse ano, essa rede de bancos foi obrigada a dirigir, para o crédito rural, 10% dos seus recursos, em função dos depósitos a vista, com elevação para 15% a partir de 1970. Nesse ano, estabeleceu-se uma diferenciação nas taxas de juro, até então inexistente, determinando-se uma taxa mais reduzida para as operações de até 50 salários mínimos (13%). E se definiram as categorias de empréstimo como custeio, investimento, comercialização.

Os créditos rurais podem ter as seguintes finalidades:

- a) custeio: financiamentos destinados ao suprimento de capital, para atendimento das despesas dos ciclos produtivos
- b) investimento: empréstimos de investimentos que objetivam propiciar inversões em bens ou serviços que se estendam por vários períodos de produção
- c) comercialização: visa cobrir despesas ocorridas após a coleta da produção

Os prazos das taxas de juros são fixados pelo Conselho Monetário Nacional, variando conforme a operação realizada.

A propriedade da terra tem sido a condição indispensável para obtenção dos financiamentos. O principal obstáculo à aquisição do crédito por parte dos pequenos produtores, consiste na exigência do título de propriedade da terra. Deste modo, o crédito rural tem assumido caráter conservador, pois reforça a estrutura de propriedade, na medida em que, para se ter acesso ao crédito subsidiado é necessário possuir a propriedade da terra.

A burocracia e as exigências de garantia das instituições financeiras no fornecimento do crédito, têm viabilizado a atuação do intermediário como agente financiador. Nesta transação, a terra não é dada como garantia e o receio da perda da propriedade é o maior temor dos produtores na decisão de contrair o crédito oficial.

A atuação do capital comercial aparece na operação mercantil realizada pelos intermediários através do crédito não institucional. Este recurso se apresenta como solução menos burocratizada, baseada em relações mais personalizadas. O ressarcimento do empréstimo contraído é realizado sob duas modalidades: pagamento em produção ou em dinheiro, em que este é exigido em prazos curtos e com juros que variam de 15% a 20% ao mês.

As cooperativas agrícolas têm exercido importante papel no repasse do crédito aos pequenos agricultores. A rede bancária prefere operar através de entidades representativas, com a finalidade de reduzir os seus custos operacionais³⁸.

V.2. A Função da CEAGEPE

A partir dos anos sessenta, atendendo a necessidade de solucionar o problema do escoamento da produção agrícola e fornecer produtos alimentícios a preços acessíveis à população dos centros urbanos, foi instituído, pelo Governo Federal, o SINAC/Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, constituído pelas Centrais de Abastecimento

³⁸ Para administração bancária, as transações através de cooperativas representam menor custo e maior segurança. Os custos operacionais de crédito são inversamente proporcionais ao volume compreendido em cada operação

(CEASAs) e dos Mercados de Produtores. A finalidade primordial seria a diminuição da intermediação e a estabilização dos preços dos produtos agrícolas.

Para atender ao objetivo geral recomendado pelo GEMAB, foi criada a CEAGEPE, com a função de:

Ser um órgão disciplinador e regulador da oferta de gêneros alimentícios, objetivando modernizar e racionalizar o processo vigente de comercialização de alimentos e carrear, para a população, as vantagens decorrentes dessa racionalização, traduzidas na estabilização dos preços e na melhoria dos produtos ofertados (Secretaria de Agricultura, 1973).

A CEAGEPE auxilia os produtores através de informações como: quantidades ofertadas (Anexo II: Quadros 01; 02 e 03); preços médios de venda (Anexo II: Quadros 04; 05 e 06). Apesar da indicação do preço médio³⁹ diário pela CEAGEPE, o preço de venda fica dependente do nível de oferta e procura, ocorridas no decorrer do dia. Diariamente, são comercializados diversos produtos, classificados em frutas, folhas, hastes, tubérculos, raízes e bulbos. O coentro, a alface e a cebolinha, fazem parte do Grupo das Hortaliças, Subgrupo Folhosas.

Para análise dos dados referentes às quantidades e aos preços, considera-se o critério de intensidade da oferta⁴⁰:

- a) forte: boa oferta do produto e tendência de preços baixos
- b) regular: oferta estável e preços equilibrados
- c) fraca: escassez do produto e tendência de elevação dos preços

³⁹ O preço médio diário funciona como parâmetro para as transações nos diversos circuitos de comercialização e as informações sobre mercado auxiliam o produtor na tomada de decisões sobre preços e mercados

No período de 1986 a 2000 em relação a quantidade ofertada e preços médios no cultivo de alface é verificado o seguinte comportamento:

- janeiro: oferta regular/tendência à estabilização dos preços
- fevereiro, março, abril, maio e junho: oferta fraca/preços mais elevados
- julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro: oferta forte/preços mais baixos (Anexo I: Quadros 01 e 04).

Referente ao cultivo de coentro:

- janeiro, fevereiro e abril: oferta fraca/ preços mais elevados
- março, maio, outubro, novembro, dezembro: oferta regular/ preços equilibrados
- junho, julho, agosto, setembro: oferta forte/ preços mais baixos (Anexos I: Quadros 02 e 05).

E, em relação a cebolinha:

- janeiro e julho: oferta regular/preços com tendência à estabilização
- fevereiro, março, abril, maio e junho: oferta fraca/preços mais elevados
- agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro: oferta forte/ redução de preços (Anexo I: Quadros 03 e 06).

V.3. Abordagem Funcional

As funções de comercialização são definidas como atividades especializadas, desempenhadas no decorrer do processo produtivo (MARQUES, 1993:20). Para observação *in loco*, elegeram-se as funções de seleção, classificação e embalagem, com base na necessidade de agregação de valor na fase de pós-colheita, na busca de obtenção de melhores preços.

⁴⁰ A oferta tem relação inversa com os preços; logo aumentos de oferta induzem a reduções de preço e vice-versa, enquanto a oferta regular tende à estabilização dos preços

V.3.1. Seleção, Classificação e Embalagem

No coentro e na cebolinha retiram-se, depois da colheita, o excesso de areia das raízes. A alface, após a colheita, fica em tanques de lavagem com água e, em seguida é colocada para secar. Após esse procedimento, é feita a seleção:

- no coentro e na cebolinha, descartam-se os que estiverem estragados e o restante por tamanho (pequenos/grandes);
- na alface, descartam-se os que apresentarem aparência desfavorável ou folhas quebradas.

A classificação é feita respeitando o aspecto visual (boa aparência) dando-se preferência por produtos frescos, limpos, de boa coloração (verdes) e de tamanho médio. Os produtores observam basicamente os seguintes critérios de qualidade: aparência, cor e tamanho.

Uma classificação adequada permite a alocação do produto, de acordo com as exigências do mercado. Por exemplo, os supermercados exigem a observância dos padrões de qualidade, por lidarem com um público mais exigente, enquanto as vendas efetuadas aos feirantes abrangem uma clientela menos seletiva.

A embalagem tem a função de oferecer proteção adequada, absorver impactos, vibrações e outros agentes capazes de provocar a diminuição da qualidade do produto contribuindo, assim, para a redução do índice de perdas. Nas feiras e quitandas, as hortaliças ficam expostas a temperatura ambiente, enquanto nos supermercados, recebem refrigeração artificial.

Os principais requisitos das embalagens consistem na resistência mecânica suficiente para proteção durante o transporte, ventilação adequada e tentativa de evitar perda de água com conseqüente perda de peso.

Os tipos de embalagem variam conforme o segmento de mercado. O atacado trabalha com grandes volumes, através de molhos, para o coentro e a cebolinha; e o cento, para a alface. O varejo é direcionado à venda em pequenas quantidades, através de molhos pequenos, para o coentro e a cebolinha e a unidade para a alface (Quadro 08).

Quadro 11 - Conversões de Unidades a nível de Atacado e Varejo

Hortalças	Unidades	Peso
Cebolinha	* molho	1,2 kg
	** pequenos molhos	15 a 20 g
Coentro	* molho	3 a 5 kg
	** pequenos molhos	15 a 20g
Alface	* cento	Variável
	** unidade	Variável

Fonte: Observação direta * Atacado ** Varejo

No atacado, o coentro e a cebolinha são amarrados com capim (lucá) ou cordão e colocado em balaies de cipó ou em *containers* plásticos. A alface fica solta (o cento) em balaio de cipó ou *containers* plásticos. No varejo, o coentro e a cebolinha são amarrados em molhos pequenos e a alface fica solta (unidade).

V.4. Abordagem Estrutural

Neste enfoque, a comercialização compreende o estudo da transferência da área da produção até o mercado de consumo, exigindo uma série de serviços, executados por agentes e instituições especializadas.

V.4.1. Estabelecimentos de Comercialização

Representam os locais de escoamento da produção. Nesta dissertação, destacam-se as seguintes instituições:

Central de Abastecimento do Estado de Pernambuco (CEAGEPE) que funciona como principal entreposto de comercialização e repassador de informações de mercado. As hortaliças são comercializadas em espaço aberto (pedra) ou através dos estabelecimentos fixos (boxes). A principal clientela é formada por feirantes, seguida dos corretores de produtos agrícolas.

Central de Abastecimento de Vitória (CEAVI): atua como espaço de transações comerciais entre produtores e compradores, tendo por clientela mais freqüente os agentes intermediários.

Mercados de Produtores: funcionam a nível de varejo como uma espécie de supermercado de hortigranjeiros. Trata-se de grandes áreas cobertas sob as quais são construídos módulos ou compartimentos destinados à venda dos produtos.

Mercado Público de Vitória: cujo público-alvo são os consumidores finais que demandam menor volume de compra.

Feiras livres, que têm por estrutura física barracas, onde as hortaliças sofrem freqüente manuseio por parte dos consumidores.

Redes de supermercados: consistem em fonte adicional de alocação da produção. No entanto, a maioria dos produtores não têm acesso direto a esse canal de comercialização.

As hortaliças ficam expostas para venda, de forma diferenciada, de acordo com o segmento de mercado escolhido (Quadro 09). O termo “pedra” designa o local onde se efetuam as

vendas, consistindo de um espaço aberto no interior das Centrais de Abastecimento; o “box” se refere a um estabelecimento fixo de comercialização.

Quadro 12 - Estrutura física de venda das hortaliças

CEAGEPE	Box ou Pedra
CEAVI	Pedra
Mercado Público	Box
Feiras Livres	Barracas
Supermercados	Prateleiras

Fonte: Observação direta

V.4.2. Agentes de Comercialização

A pesquisa de campo identificou os seguintes tipos de intermediadores:

Produtores da comunidade com veículos próprios, que obtêm economia de escala pelo volume comercializado de sua produção acrescido das hortaliças de outros produtores, atuando como “ajuntadores”.

O *agrupador*, geralmente vinculado às redes de varejo, em especial os supermercados, atuando na fiscalização da qualidade, do volume e regularidade de fornecimento.

O *intermediário*, que se divide em comerciantes e agentes. Atuam sem contratos formais, exigindo um padrão de qualidade que atenda às exigências dos mercados. São autônomos, obtendo ganhos de intermediação por não incorrerem nos riscos da produção, auferindo lucros pela agregação de valor.

Os intermediários-comerciantes compreendem os atacadistas, os varejistas, os compradores do interior. Estão assim conceituados:

- a) atacadistas: compram dos produtores ou dos intermediários e vendem aos varejistas, a outros atacadistas ou, ainda, a outros segmentos da cadeia de comercialização

- b) varejistas: vendem diretamente os produtos aos consumidores, em pequenas quantidades
- c) compradores do interior: compram dos produtores e vendem, em geral, aos atacadistas e aos varejistas

Os intermediários-agentes são classificados em:

- a) corretores: não exercem controle físico sobre as mercadorias, auxiliam as transações na qualidade de representantes dos compradores ou dos vendedores recebendo, para tanto, uma porcentagem sobre o preço acordado
- b) comissionários: agentes que, entrando na posse mas não na propriedade dos produtos, efetuam as vendas recebendo, pela prestação dos seus serviços, uma remuneração, geralmente estipulada em termos de uma taxa sobre preço negociado

A ação do intermediário se inicia, por vezes, antes da colheita, através do financiamento das despesas da produção, via crédito não institucional. Essas transações implicam em um comprometimento da venda do produto ao intermediário financiador, com o agravante de que os preços da negociação são fixados nos níveis mais baixos.

Na forma de pagamento efetuada aos produtores, evidenciam-se:

As vendas aos *intermediários*, que são realizadas através de contratos verbais, na base da confiança consistindo, principalmente, em dois sistemas: o intermediário recebe a produção, e após a venda efetua o pagamento ou paga a vista, no recebimento da produção.

O *agrupador* que repassa aos produtores os preços pagos pelos setores varejistas (supermercados); os *feirantes* compram à vista e em pequenos e freqüentes volumes, não tendo vínculo de fornecimento; os *compradores eventuais* (esporádicos) dada a heterogeneidade e inconstância de compras, são obrigados a efetuar o pagamento no ato do recebimento da produção.

V.5 Problemas na Comercialização

Dentre os problemas enfrentados pelos produtores na fase de comercialização, destacam-se:

- elevada perecibilidade⁴¹
- freqüentes variações nos preços
- forte dependência da intermediação
- inobservância dos padrões de qualidade
- ausência de agregação de valor
- perdas pós-colheita
- venda na ocasião de queda de preços

Foram observados, como principais pontos de estrangulamento, a forte dependência da intermediação, que dita prazos e preços; o reduzido poder aquisitivo dos produtores e a ausência de formas cooperativas de comercialização.

IV.6 À Guisa de Sugestões

Pode-se apontar indicações para a melhoria da situação radiografada:

- incorporação de valor agregado aos produtos
- melhoria das estradas, com finalidade de facilitar o deslocamento da produção e reduzir o nível de perdas
- ação efetiva da Associação, na promoção dos interesses dos associados
- orientação sobre o acesso ao crédito bancário, numa linguagem através da qual o agricultor possa absorver informações sobre o financiamento

⁴¹ As hortaliças estão incluídas entre os produtos alimentícios altamente perecíveis e, assim sendo, exigem a colocação no mercado em tempo hábil, de modo a preservar a aparência e o valor nutritivo

- conscientização da necessidade de constituírem uma cooperativa de comercialização
- incorporação da pecuária e/ou criatório comunitário para aproveitamento do adubo orgânico.

Conclusão

O mecanismo de dependência da intermediação para comercialização dos produtos, se expressa, de um lado na debilidade financeira dos produtores e, de outro, nas dificuldades de alocação direta das hortaliças no mercado.

Considera-se, aqui, a idéia de que a organização dos produtores sob a forma de cooperativas, corretamente estruturadas, pode constituir-se num instrumento eficaz na melhoria do processo de comercialização com reflexos na elevação da renda. A ausência de formas coletivas de comercialização reforça a dependência do produtor ao intermediário, forçando a venda a preços reduzidos.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a pequena produção familiar encontra enfoques diferentes, conforme a interpretação teórica dos estudiosos do tema. Vitória de Santo Antão é o maior produtor de hortaliças do Estado de Pernambuco, com destaque para a área de produção de Natuba, como fornecedora de coentro, alface e cebolinha.

Natuba, situada numa região historicamente de cultivo canavieiro, caracteriza-se como um espaço de pequena produção familiar, onde os produtores extraem a principal fonte de renda do plantio de hortaliças folhosas; no entanto, os pequenos produtores têm enfrentado uma série de dificuldades provenientes da produção e, principalmente, da comercialização.

A reprodução da unidade familiar tem sido afetada por problemas relacionados aos elevados custos de produção, a inoperância da associação local, aos entraves ao acesso do crédito agrícola e à ausência de assistência técnica sistemática. O reduzido tamanho da área cultivada não permite a diversificação de plantio; as hortaliças, tendo ciclo vegetativo relativamente curto, permitem a obtenção de uma renda semanal que, embora exíguas, garante a aquisição de gêneros de primeira necessidade para manutenção da família.

Na comercialização, os produtores são submetidos a forte intermediação e suas consequências derivadas da não alocação direta do produto no mercado. O poder de barganha dos intermediários está associado à fragilidade financeira dos produtores e ao elevado grau de perecibilidade das hortaliças, resultando na urgência de efetivação da venda, com reflexos negativos sobre o preço.

Possivelmente, a constituição de uma entidade representativa - uma cooperativa - possibilitaria alternativa de melhoria da situação enfrentada pelos produtores, devido à redução dos custos através da efetivação de compras conjuntas e busca de canais alternativos de comercialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo; Editora Hucitec, 1992.

AMIN, Samir; VERGOPULOS, Kostas **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Capitalismo & Agricultura**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

ARAGÃO, José. **Os nossos engenhos de açúcar**. Revista do Instituto Histórico de Vitória de Santo Antão, Vitória de Santo Antão, v. III, p. 1-13, 1962)

_____ **História de Vitória de Santo Antão; da cidade da Vitória a Vitória de Santo Antão (1843-1942)**. Recife, FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1983.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Avaliação do Plano Nacional de Reforma Agrária 1985-1989**. Brasília: INCRA, 1990 (Estudos de Reforma Agrária)

BRASIL - SUDENE/Departamento de Agricultura e Abastecimento **Aspectos da comercialização de produtos hortigranjeiros e cereais na cidade do Recife**. Convênio SUDENE - CEASA. Recife/PE, 1975.

CEAGEPE - Cia de Abastecimento e de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco. **Análise conjuntural do mercado a nível de atacado na unidade CEASA/PE: período 1986 a 1995**. Ed. Bagaço, Recife, 1996.

CEZAR, P.B. **A política agrícola e a modernização da agricultura** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la unidade econômica campesina.** Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

EMATER - IPA. **Sistemas de produção para as culturas de alface, coentro e cebolinha.** Estado de Pernambuco. Recife, EMATER-PE, 1995.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1976.

FIBGE/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985, 1995.**

FIDEPE/Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco. **Vitória de Santo Antão.** Recife (Monografias Municipais, 3), 1982

HOFFMANN, Rodolf et alli. **Administração da Empresa Agrícola.** São Paulo: Pioneira, 1987.

LACERDA, Guilherme Narciso de. **Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira.** São Paulo. IPE/Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985.

LAMARCHE **A Agricultura Familiar: comparação internacional.** Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 1993.

MARQUES. Pedro Valentim. **Comercialização de produtos agrícolas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

MINTER - SUDENE. **Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste - PROCANOR**. Recife, SUDENE, 1980.

MURAYAMA, S. **Horticultura**. Campinas, São Paulo: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1971.

MUSUMECI, Leonarda. **Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES (IPEA/INPES: série PNPE, 15), 1987.

PEIXOTO, Sérgio Elísio. **Características da pequena produção agrícola no Nordeste**. Cruz das Almas. BA:EMBRAPA-CNPMF (EMBRAPA-CNPMF, Documentos, 61), 1995.

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1978.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. **Estudo de Viabilidade Técnico-econômico-financeira da Central de Abastecimento do Recife**. São Paulo, 1973.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Estudos CEBRAP 26, São Paulo: Vozes, 1987.

SILVA, José F. Graziano da. **Resistir, resistir , resistir. Considerações acerca do Campesinato do Brasil**. In.: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 33, Curitiba, PR, Anais... Curitiba, PR: Sober, 1995. V. 2 p. 761, 1995.

_____ (Coord) **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____ **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SPIEGEL, M.R. **Estatística.** 3 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

SOUZA, Rubens A Mandetta. **Comercialização Hortícola: análise de alguns setores do mercado varejista de São Paulo.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 28, n. 10. Out, 1998.

STEELE, Howard L. **Comercialização Agrícola.** Rio de Janeiro: Atlas, 1971.

SUDENE - Michigan State University. **Processos de Mercado no Recife.** Área do Nordeste Brasileiro. SUDENE, Recife, 1970.

SUDENE - PROCANOR. Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste. Recife: SUDENE, 1980.

VELHO, Otávio Guilherme (prefaciador) In: NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital.** Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Olhares sobre o "Rural Brasileiro".** Recife, 1999.

ANEXOS

Quadro 01

Quantidade ofertada em Pernambuco, (alface) 1986/2000 (em t)

Ano	Mês												*Md.
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1986	77	55	62	57	71	67	74	92	99	94	95	72	76
1987	92	69	54	47	63	62	35	55	57	75	55	70	61
1988	63	54	37	19	47	43	97	115	127	100	65	85	71
1989	71	59	52	43	53	74	76	102	135	100	100	110	81
1990	84	84	97	61	56	74	107	101	119	139	123	112	96
1991	66	91	21	84	78	103	116	132	92	93	118	109	92
1992	115	78	35	32	40	54	47	66	67	48	56	86	60
1993	95	86	43	64	98	70	89	94	101	67	65	56	77
1994	37	27	26	30	28	35	46	48	47	41	43	54	39
1995	63	51	55	49	55	57	65	70	98	93	84	97	70
1996	86	76	80	81	77	94	118	133	112	132	122	110	102
1997	99	86	85	67	94	87	106	133	99	87	88	82	93
1998	88	82	73	78	87	84	104	85	110	114	62	59	85
1999	92	86	65	51	63	71	106	63	62	56	47	77	70
2000	70	62	104	72	62	57	51	83	79	89	86	75	74
*Md.	80	70	59	56	65	69	82	91	94	88	81	84	-

Fonte: CEAGEPE, 2000

(* Md = média)

Quadro 02

Quantidade ofertada em Pernambuco, (coentro) 1986/2000 (em t)

Ano	Mês												*Md.
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1986	186	128	171	147	209	189	213	215	221	210	178	186	188
1987	229	188	165	132	190	178	88	166	139	179	115	148	160
1988	145	129	123	86	131	134	192	179	191	143	93	141	141
1989	139	123	139	80	149	209	272	213	344	208	192	220	191
1990	210	220	248	179	213	236	243	242	224	223	252	242	228
1991	144	225	201	159	194	231	226	254	161	202	182	167	195
1992	173	153	131	118	162	173	135	144	145	134	131	207	151
1993	211	196	180	208	257	204	262	238	235	171	146	146	204
1994	97	130	172	101	105	127	122	148	173	139	141	165	135
1995	157	147	200	212	194	221	219	215	220	178	160	171	191
1996	149	163	179	239	250	229	243	287	224	225	219	213	218
1997	188	170	210	148	204	218	205	254	187	166	174	148	189
1998	185	165	167	179	243	250	200	207	216	209	235	170	202
1999	228	195	180	169	186	145	198	118	116	100	79	127	153
2000	139	117	205	174	143	137	127	188	170	156	150	129	153
*Md.	172	163	178	155	189	192	196	204	198	176	164	172	-

Fonte: CEAGEPE, 2000.

(*Md = média)

Quadro 03

Quantidade ofertada em Pernambuco, (cebolinha) 1986/2000 (em t)

Ano	Mês												*Md.
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1986	88	61	53	60	84	75	82	89	103	106	89	84	81
1987	128	81	68	57	69	73	38	63	72	78	59	75	72
1988	73	61	44	44	62	59	118	114	140	79	58	88	78
1989	82	58	53	65	63	85	74	68	88	70	79	101	74
1990	83	84	101	76	87	89	90	92	79	95	136	100	93
1991	40	79	34	67	69	70	79	91	57	93	85	80	70
1992	86	70	48	47	54	56	54	59	59	58	49	81	60
1993	90	73	49	67	84	70	95	91	95	76	72	57	77
1994	46	44	45	30	31	46	48	49	61	53	49	63	47
1995	64	61	80	78	67	81	66	78	96	94	96	101	80
1996	85	76	83	147	104	93	106	129	101	113	118	110	105
1997	99	91	94	72	94	82	93	120	93	78	87	81	91
1998	101	80	73	80	125	102	89	80	84	94	79	47	86
1999	69	65	63	61	46	60	70	58	60	52	44	62	59
2000	60	51	71	54	60	50	46	61	72	58	61	55	58
*Md.	80	69	64	67	73	73	76	83	84	80	77	79	-

Fonte: CEAGEPE, 2001

(* Md = média)

Quadro 04

Preço médio mensal em Pernambuco (alface) 1986/2000 (R\$/Kg)

Ano	Mês												*Md.
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1986	0,33	0,40	0,47	0,63	0,47	0,61	0,61	0,37	0,27	0,50	0,71	0,65	0,50
1987	0,61	0,69	0,57	0,69	0,34	0,25	0,26	0,13	0,21	0,23	0,29	0,59	0,41
1988	0,71	0,66	1,96	2,13	0,75	0,25	0,44	0,40	0,18	0,13	0,31	0,35	0,69
1989	0,28	0,23	0,72	2,16	2,06	1,27	1,01	0,54	0,33	0,33	0,29	0,34	0,80
1990	0,66	0,47	0,58	1,26	2,55	1,46	0,84	0,90	0,65	0,56	0,53	0,58	0,92
1991	0,53	0,61	1,11	2,16	1,89	1,28	0,64	0,57	0,49	0,45	0,46	0,30	0,87
1992	0,48	1,00	0,52	0,47	0,52	0,61	0,35	0,29	0,37	0,50	0,40	0,41	0,49
1993	0,41	0,37	1,05	2,08	1,41	0,88	0,62	0,48	0,35	0,45	0,98	1,09	0,85
1994	1,37	3,60	3,63	2,29	1,86	1,27	0,95	0,79	0,64	0,95	0,92	1,27	1,63
1995	1,38	1,26	1,84	2,70	1,71	1,36	1,51	1,02	0,67	0,77	0,79	0,85	1,32
1996	1,20	1,10	1,37	1,53	1,56	1,09	0,78	0,67	0,74	0,65	0,95	0,94	1,05
1997	0,91	1,09	1,21	1,34	1,09	1,06	0,57	0,53	0,54	0,74	0,73	0,86	0,89
1998	1,46	1,37	1,37	2,31	1,94	1,16	0,86	1,25	1,06	0,70	1,14	2,18	1,40
1999	1,50	1,58	1,86	1,98	2,02	1,28	0,92	0,62	0,47	0,49	0,79	0,80	1,19
2000	0,91	0,98	1,02	1,08	0,99	0,93	1,17	0,93	0,49	0,54	0,54	0,70	0,86
*Md.	0,85	1,03	1,28	1,60	1,41	0,98	0,77	0,63	0,48	0,53	0,65	0,80	-

Fonte: CEAGEPE, 2001

(*Md = média)

Quadro 05

Preço médio mensal em Pernambuco (coentro) 1986/2000 (R\$/Kg)

Ano	Mês												*Md.
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1986	0,45	1,27	0,56	1,52	0,86	0,48	0,48	0,66	0,47	0,46	0,57	1,71	0,79
1987	0,83	0,55	1,10	3,12	0,80	0,53	0,89	0,34	0,42	0,69	0,54	0,47	0,86
1988	0,69	1,17	1,09	1,22	0,80	0,61	0,58	0,46	0,27	0,37	0,35	0,38	0,67
1989	0,66	0,51	0,47	2,52	2,11	1,00	0,85	0,69	0,38	0,42	0,68	0,49	0,90
1990	0,44	0,30	1,10	1,04	1,33	1,40	1,02	1,10	0,69	0,77	0,58	0,59	0,86
1991	1,02	0,63	0,55	2,79	2,81	1,08	0,67	1,06	0,57	0,40	0,59	0,78	1,08
1992	0,54	0,87	0,69	2,54	0,44	0,49	0,83	0,41	0,54	1,11	0,54	0,41	0,78
1993	0,64	0,96	0,93	0,82	0,49	0,75	1,10	0,47	0,43	1,82	1,16	1,51	0,92
1994	3,59	2,97	1,20	3,33	1,75	1,59	1,61	1,11	0,69	1,25	1,17	1,07	1,78
1995	1,42	2,09	2,13	1,67	1,60	1,50	1,21	1,25	0,85	0,97	1,15	1,25	1,42
1996	1,23	1,81	1,99	2,65	1,87	0,84	1,52	1,51	1,06	1,06	1,53	1,53	1,55
1997	1,18	1,52	1,63	2,67	1,23	1,09	0,88	0,92	0,72	1,72	0,98	1,17	1,31
1998	2,39	1,42	2,34	2,89	1,15	0,95	1,50	2,65	1,29	1,93	2,52	2,41	1,95
1999	1,63	2,87	2,32	1,91	2,05	2,13	1,21	3,35	1,05	1,65	2,62	1,20	2,00
2000	1,91	2,54	1,29	1,46	2,68	1,57	2,02	1,46	1,38	1,53	0,56	1,44	1,65
*Md.													

Fonte: CEAGEPE, 2001

(* Md = média)

Quadro 06

Preço médio mensal em Pernambuco, (cebolinha) 1986/2000 (RS/Kg)

Ano	Mês												*Md.
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1986	0,29	0,23	0,20	0,28	0,36	0,27	0,38	0,33	0,30	0,25	0,32	0,32	0,30
1987	0,34	0,48	0,49	0,86	0,90	0,55	0,42	0,32	0,23	0,19	0,19	0,27	0,44
1988	0,44	0,47	0,80	0,68	0,76	0,57	0,42	0,39	0,18	0,17	0,15	0,13	0,43
1989	0,16	0,24	0,56	1,03	1,07	1,22	1,21	1,14	0,72	0,63	0,38	0,25	0,72
1990	0,22	0,19	0,38	0,31	0,52	0,51	0,47	0,46	0,47	0,52	0,45	0,44	0,41
1991	0,39	0,60	1,00	1,50	1,88	1,64	1,04	1,80	0,46	0,40	0,27	0,34	0,94
1992	0,32	0,47	0,49	1,08	1,02	0,80	0,60	0,51	0,38	0,42	0,27	0,24	0,55
1993	0,26	0,43	0,73	1,14	0,83	0,68	0,40	0,23	0,26	0,23	0,36	0,35	0,49
1994	2,39	4,00	3,06	3,62	2,30	2,17	2,24	1,88	1,19	1,01	0,92	0,90	2,14
1995	1,17	1,25	1,24	1,58	1,53	1,50	1,14	1,02	0,77	0,86	0,82	0,70	1,13
1996	1,02	1,00	1,48	1,50	1,53	1,28	0,90	0,87	0,71	0,71	0,78	0,78	1,05
1997	0,88	1,03	0,92	1,35	1,30	1,50	0,94	0,94	0,75	0,73	0,77	0,74	0,99
1998	1,05	1,38	1,79	2,15	2,15	2,14	2,14	1,02	0,86	2,15	0,96	0,96	1,56
1999	1,67	1,65	1,58	1,93	1,93	1,56	1,38	0,90	0,80	0,73	0,74	0,70	1,30
2000	0,69	1,24	1,24	1,16	1,47	1,54	1,79	1,78	1,27	0,62	0,84	0,84	1,21
*Md.	0,75	0,98	1,06	1,34	1,30	1,19	1,03	0,90	0,62	0,64	0,55	0,53	-

Fonte: CEAGEPE, 2001

(* Md = média)